#UBA15ANOS

UBA
United Bank for Africa

15 ANOS

Demonstrações Financeiras

Para exercício findo
em 31 de Dezembro de 2025

www.ubamozambique.com
África, Londres, Paris, Nova Iorque,
Emirados Árabes Unidos

Africa's Global Bank

APROVAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação das demonstrações financeiras anuais do **United Bank for Africa Moçambique, SA** em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Para satisfazer esta responsabilidade, o Banco dispõe de sistemas internos de controlo contabilístico e administrativo que asseguram a salvaguarda dos activos do Banco e que as respectivas operações e transacções são executadas e escrituradas em conformidade com as normas e os procedimentos adoptados.

O Conselho de Administração procedeu a uma avaliação para determinar se o Banco tem capacidade para continuar a operar com a devida observância do princípio da continuidade, e não têm motivos para duvidar que o Banco continuará a operar segundo esse princípio no próximo ano.

As demonstrações financeiras do ano findo em 31 de Dezembro 2025 constantes nas páginas 6 a 16, foram aprovadas pelo Conselho de Administração do **United Bank for Africa Moçambique, SA**, em 24 de Março de 2026, e vão assinadas por:

Filipe Mandlate
(Presidente do Conselho de Administração)

Pedro Marenguene
Administrador Delegado

Carla Ribeiro
Administradora não-executiva

Franklin Erebor
Administrador não – executivo

Inaete Merali
Administrador não-executivo

Zainadin Dalsuco
Administrador não-executivo

Adeleke Adeyemi
Administrador não-executivo

Joaquim Gaspar
Secretário de Sociedade

O Banco UBA

Sobre a Marca

São mais 75 anos de experiência a servir mais de 33 milhões de clientes em todo o mundo. Acreditamos no potencial de África, e em todos parceiros focados no desenvolvimento do nosso continente. Criamos uma variedade de soluções tecnológicas que permitem uma maior flexibilidade na eficiência e segurança de serviços financeiros para o seu negócio. Com a nossa experiência e presença em 21 países africanos e 4 mercados internacionais, Nova Iorque, Londres, París e Emirados Árabes Unidos, permite-nos criar soluções personalizadas, inovadoras e eficientes a reais necessidades dos diversos segmentos e sectores em Moçambique. Hoje contamos com agências em Maputo, Beira e Nampula e expandindo para mais Regiões totalizando 7 agências bancárias concebidas para providenciar os serviços de Banca Particular, Micro Pequenas e Medias Empresas, Banca Digital e Banca Corporativa.

A presença do Banco UBA, também impulsiona as parcerias estratégicas, que geram diversos programas de alto impacto para sociedade, desde o apoio profissional e financeiro aos empreendedores e Micros Pequenas Médias Empresas, a outros projectos de responsabilidade social que a Fundação do Banco UBA apoia, um dos exemplos é o TEEP.

Visão

Ser a instituição financeira líder e dominante em África.

Missão

Ser uma referência para as empresas africanas, agregando valor para todos os *stakeholders*, nos mais elevados padrões profissionais e éticos e construindo uma instituição duradoura.

Valores

Empreendedorismo, Excelência e Execução.

Soluções Financeiras

Banca Particular

Através da nossa banca particular, criamos contas adaptadas às suas necessidades particulares como um cliente valioso e estamos constantemente a desenvolver novos produtos e serviços para ajudar a tornar a banca mais fácil.

Financiamento

Reconhecendo a importância dos clientes para o crescimento económico, desenvolvemos soluções de financiamento para acomodar as diferentes circunstâncias e necessidades financeiras dos nossos clientes e outros stakeholders.

PMEs

Criamos soluções especificas para as PMEs, de forma a proporcionar uma estrutura de apoio e soluções financeiras adequadas para o seu crescimento. Oferecemos apoio personalizado às empresas com soluções de financiamento que foram cuidadosamente concebidos para impulsionar negócios.

Banca Corporativa

Com parcerias Globais, concebemos soluções que permitem realizar transacções internacionais (importação e exportação) e em diversos países Africanos. A parceria com a AfCFTA, posiciona-nos na facilitação do comércio intra-africano com a nossa presença em 20 países africanos. Oferecemos financiamentos comerciais, refinanciamento de cartas de crédito, serviços de consultoria comercial, acesso a bancos internacionais para comércio internacional, PTA/BTA e uma equipa de gestores de especialistas.

EMDO *Banking*

EMDO é um acrónimo para Embaixadas, Organizações Multilaterais e de Desenvolvimento.

Os países africanos têm recebido assistência estrangeira ao desenvolvimento desde a sua independência. Por vezes vem sob a forma de empréstimos, subsídios e parcerias técnicas concebidas para promover o desenvolvimento económico e o bem-estar de África. O United Bank for Africa (UBA) orgulha-se e tem o privilégio de servir e estabelecer parcerias com a comunidade EMDO através da oferta de serviços financeiros inovadores e digitais.

Sendo uma instituição global com presença pan-africana, é nossa responsabilidade apoiar os nossos clientes e as nossas comunidades para o desenvolvimento social, económico e ambiental de África. Continuaremos a investir em soluções bancárias digitais para apoiar as Organizações Globais de Desenvolvimento na execução de programas de desenvolvimento no continente africano.

Desde soluções de câmbio e pagamento de moeda estrangeira até ao serviço de última milha através de pagamentos móveis, cartões, oferecemos soluções personalizadas aos nossos valiosos clientes. Prosperamos também na construção de relações e parcerias longas e duradouras, alinhadas com os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ODS) para uma melhor capacitação económica e inclusão financeira no continente.

Banca Digital

Os nossos produtos digitais permitem que os nossos clientes tenham maior control das suas finanças e que tenham o banco em sua mão. Com os nossos serviços digitais, oferecemos aos nossos clientes a vantagem de aceder a sua conta a qualquer hora, em qualquer lugar, do seu laptop ou *smartphone*. Com uma ampla gama de serviços digitais e uma vasta experiência fomos galardoados pela *Euromoney* como o Melhor Banco Digital, esse prémio somente veio confirmar o nosso compromisso com a digitalização, pois, fomos os pioneiros a introduzir a tecnologia de *Chat banking* onde através de chatbots ou assistentes virtuais os clientes podem realizar as suas transações bancárias e obter informações financeiras. Também destacamos a nossa plataforma de Internet Banking também conhecido como banco online, que permite aos clientes realizar diversas transações bancárias pela internet, sem a necessidade de visitar uma agência física.

Internet *Banking*

Internet Banking é um serviço que oferece acesso irrestrito e seguro à sua conta, a qualquer hora, em qualquer lugar, do seu computador, *tablet, smartphone* ou qualquer dispositivo habilitado para internet.

Mobile Banking

Uma aplicação para smartphones que traz consigo várias soluções bancárias como verificação de saldos, extractos bancários, gestão de cartões, transferências intra e inter bancárias, gestão de contas e muito mais. A aplicação está disponível no *App Store e Google Play*.

Cartões

Essencial para gestão eficiente das finanças pessoais e empresariais, desde a simplificação das compras diárias até a possibilidade de transacções *online* contínuas. Estão disponíveis cartões de débito e pré-pago.

Cartões Prépagos

O UBA continua a ser o maior banco emissor de cartões pré-pagos em África. Desde a gestão de despesas à segurança, os benefícios do cartão UBA pré-pago são infinitos. O cartão pré-pago pode ser utilizado em qualquer parte do mundo. É seguro e fácil de transportar. Também não precisa de ser cliente do banco para ter o nosso cartão pré-pago. Os cartões podem ser obtidos em qualquer um dos países em que estamos presentes.

LEO *Chatbanking*

O UBA LEO *Chatbanking*, é uma plataforma em inteligêngia artificial (IA), concebido para ajudar os clientes com vários serviços bancários. O LEO pode ser acedido através de plataformas de mensagens populares como o Facebook Messenger, o WhatsApp e o Apple Business Chat, tornando os serviços bancários mais convenientes para os utilizadores.

Capital Humano

Programa de Graduados

Como um Banco Global, o nosso programa de graduados, visa atrair, desenvolver e reter jovens talentos recém-formados em diversas áreas de conhecimento. Através desse programa, os jovens participantes recebem uma formação abrangente e aceleram o desenvolvimento de suas carreiras dentro do United Bank for Africa - UBA. O Programa de Graduados do Banco UBA é projectado para criar uma base sólida para os futuros líderes do banco, fornecendo-lhes as ferramentas, experiências e redes necessárias para ter sucesso em suas carreiras na indústria financeira.

Intercâmbios

O intercâmbio faz parte da nossa politica pois sendo um banco presente em mais de 21 países de Africa, EUA, Paris, Londres e Emirados Árabes Unidos, proporcionamos intercâmbios entre os colaboradores, promovendo o desenvolvimento de uma força de trabalho global e integrada.

Cultura

Das diversas culturas de cada canto de África, criamos um ambiente multi-cultural colaborativo e rico em experiências e desenvolvimento de novas ideias alinhadas a nossa visão. Criamos políticas multi-disciplinares com iniciativas que promovem o Bem-estar dos colaboradores, um equilíbrio Trabalho-vida, um ambiente colaborativo e inovador, mantemos uma comunicação aberta e focamo-nos no desenvolvimento de talentos através de várias actividades e formações.

Formação Interna

Academia UBA foi concebida para ajudar a nossa tribo a destacar-se nas suas funções actuais e a desenvolver uma carreira dinâmica e de sucesso no Banco Global de África. Essa aplicação *online* fornece formação continua de alta qualidade, desenvolvimento profissional e oportunidades de aprendizagem para funcionários.

Premiações

UBA Moçambique

Ao longo do ano 2025, UBA recebeu vários premios e distições que pertencem, acima de tudo, a cada colaborador. De várias distinções nacionais e internacionais destacam-se:

- Banco do Ano – The Bankers,
- PMR – Golden Arrow 2025,
- COMARP – Melhor Acção de Responsabilidade Social e Corporativa,
- Superbrand Moçambique 2025/26 e
- Elite Employer, atribuído pela Tempus Global.

É digno de nota que todos estes prémios são inéditos na história do nosso banco em Moçambique. Além destas premiações, a KPMG Moçambique publicou no período em análise uma avaliação independente das 100 Maiores Empresas de Moçambique (Edição de 2025), onde classificou o UBA Moçambique como a 4ª Melhor Empresa de Moçambique no indicadores (i) Crescimento do Volume de Negócios (ii) Autonomia Financeira (iii) Rentabilidade do Volume de Negócios (iv) Rentabilidade dos capitais próprios (v) Liquidez Geral e (v) Volume de Negócios Por Trabalhador. Os prémios recfletem o compromisso, a dedicação e o esforço de todos colaboradores, para o crescimento, desenvolvimento, bem como a relevância e a importância do Banco. Isto é um reflexo que o banco está no caminho certo no seu objectivo de importância sistemática em Moçambique.

Grupo UBA

Durante o ano 2025 o Banco Global Africano, United Bank for Africa (UBA) Plc, reafirmou mais uma vez a sua liderança como uma das instituições financeiras mais inovadoras e resilientes do continente, depois de o banco, pela terceira vez em cinco anos, ter sido eleito o Banco Africano do Ano 2025 pela The Banker.com.

O UBA também ganhou o prémio de Melhor Banco do Ano em nove das suas 21 subsidiárias africanas, elevando o total de prémios deste ano para dez, com o UBA Benim, UBA Chade, UBA República do Congo (Congo-Brazzaville), UBA Libéria, UBA Mali, UBA Moçambique, UBA Senegal, UBA Serra Leoa e UBA Zâmbia foram todos considerados os melhores bancos nos seus respetivos países, sublinhando a força do banco na África Ocidental, Central e Austral e destacando a profundidade da sua franquia pan-africana.

Apesar dos desafios, o Grupo UBA tem mantido consistentemente a sua posição como a principal instituição financeira da Nigéria. Agradecemos a nossa equipe pelo esforço e dedicação neste percurso, e a todos clientes e parceiros por confiarem nós neste processo.

Responsabilidade Social Corporativa

Maior Programa de Empreendedorismo de Africa

Colaboramos na criação do Maior Programa de Empreendedorismo de África com a Fundação Tony Elumelu Foundation, com um apoio de mais de $100 milhões de Dólares, focados em empoderar 10,000 empreendedores, para a criação de 1 milhão de postos de emprego e receitas de $10 Milhões de dólares para África anualmente durante 10 anos.

Mais de 100 Moçambicanos beneficiaram deste projecto e desenvolvimento diferentes sectores da nossa economia Moçambicana e Africana. O projecto também conta com o apoio e parceria de: Comissão da União Europeia, Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento (PNUD), Cruz Vermelha, BAD, Fundação Barack Obama, Governo da RDC, Secretaria de Estado dos EUA, IKEA, Governo da Alemanha, Governo da Nigéria, Fundação de Desenvolvimento de Africanos nos EUA, entre outros parceiros..

Educação Financeira

Como parte no nosso plano anual de educação financeira, criamos diversas iniciativas explorando vários temas, com ênfase na criação de uma cultura de poupança na nossa sociedade. Desta acções criamos vídeos animados educativos sobre a importância de poupar, e usamos as diversas ferramentas do marketing digital de modo a propagar ainda mais a mensagem. Simultaneamente agregamos palestra sobre este tema nas diversas activações feitas ao longo do ano nas escolas e alguns concursos educativos sobre educação financeira transmitidos na televisão e redes sociais.

Read Africa

O United Bank for Africa (UBA) Moçambique realizou uma doação de livros infanto-juvenis e kits educativos à comunidade de Incassane, no distrito da Katembe, no âmbito do projecto Read Africa, que promove o gosto pela leitura entre crianças e jovens africanos. A iniciativa incluiu a entrega de livros de autores moçambicanos e kits educativos, bem como a abertura de contas poupança UBA com saldo simbólico para incentivar o hábito de poupar. Criado em 2011, o Read Africa já distribuiu mais de 500 mil livros em vários países africanos, contribuindo para o fortalecimento da cultura de leitura e para o desenvolvimento educacional no continente.

Campanha de consciencialização sobre Cancro

Temos um forte compromisso com questões de responsabilidade social corporativa, incluindo a conscientização sobre o cancro. Em diversas ocasiões, o Banco tem se envolvido em campanhas para aumentar a conscientização sobre a prevenção, diagnóstico precoce e tratamento do cancro. Uma das principais áreas de foco é o cancro de mama e da próstata, especialmente durante o Outubro e Novembro, meses dedicados globalmente à conscientização sobre essas doenças.

Apoio às Comunidades

Estamos comprometidos em ser um agente de mudança positivo, trabalhando em colaboração com as comunidades para enfrentar desafios e criar oportunidades. Através de suas diversas iniciativas, o banco busca fazer uma diferença significativa e duradoura, promovendo o desenvolvimento social e económico e ajudando a construir um futuro mais brilhante para todos.

Eventos Solidários

Acreditamos que o sucesso de uma instituição financeira vai além de seus resultados financeiros. É com orgulho que promovemos e apoiamos eventos solidários que reforçam nosso compromisso com a comunidade, por meio dessas iniciativas, fazemos uma diferença real e positiva na vida das pessoas ao nosso redor. Estamos comprometidos em usar os nossos recursos para fomentar um impacto social positivo e construir um futuro melhor para todos.

Relatório de Gestão

Enquadramento macroeconómico

Economia Mundial

Em 2025, a economia mundial registou um crescimento moderado, estimado em 3,2%, segundo o FMI, reflectindo uma desaceleração nas economias avançadas e uma recuperação desigual nas economias emergentes. A inflação global moderou-se em relação a anos anteriores, mas manteve-se elevada em sectores como energia e alimentos, devido a choques localizados de oferta.

Nos países desenvolvidos, o crescimento situou-se em cerca de 1,8% em 2025, sustentado principalmente pelo consumo privado e por investimentos moderados, enquanto políticas monetárias restritivas continuaram a conter pressões inflacionárias. A inflação média nestes países situou-se em 2.2%. Para 2026, projecta-se um crescimento de 1,9%, com inflação estabilizada, mas ainda susceptível a choques externos nos preços da energia.

Nos países em vias de desenvolvimento, o crescimento foi estimado em 4,2% em 2025, impulsionado pela recuperação em sectores como agricultura, recursos naturais e serviços. A inflação média situou-se em 5.3%, reflectindo volatilidade cambial, choques nos preços de commodities e dependência de importações. Para 2026, projecta-se um crescimento de 3.8%, com inflação relativamente controlada, desde que sejam implementadas políticas monetárias prudentes e ajustamentos cambiais graduais.

As políticas protecionistas dos EUA tiveram efeitos residuais em 2025, principalmente através de tarifas comerciais, guerras comerciais e cortes em programas de assistência externa:

- Tarifas e guerras comerciais: aumentaram os custos de importação e de produção, obrigando as empresas a reconfigurar cadeias de fornecimento, o que afectou o comércio e o investimento, tanto em países desenvolvidos como em vias de desenvolvimento.
- Cortes de apoio internacional e retirada de organismos: impactaram programas de desenvolvimento, saúde e infraestrutura, aumentando a necessidade de financiamento doméstico nos países em vias de desenvolvimento (Banco Mundial, Global Development Finance 2025).

Estes efeitos prolongaram-se ao longo de 2025, afectando a inflação e o crescimento, particularmente em economias emergentes com elevada dependência do comércio internacional e do financiamento externo.

Economia de África

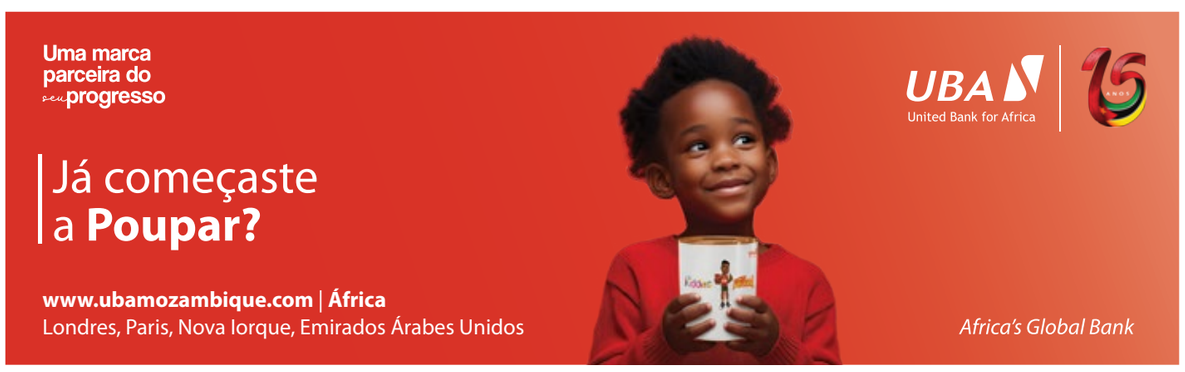
África Subsaariana

Em 2025, o crescimento económico na África Subsaariana situou-se em 4,1%, apoiado pela recuperação em sectores estratégicos, apesar de vulnerabilidades estruturais e pressões cambiais. A inflação média variou entre os países, mantendo-se elevada em alguns, sobretudo devido ao aumento dos custos de alimentos e energia (Banco Mundial, Africa's *Outlook* 2025).

Para 2026, projecta-se um crescimento em 4,4%, com inflação moderada, beneficiando de uma maior integração regional e diversificação económica (Banco Mundial, Africa Economic Outlook 2026).

África Austral

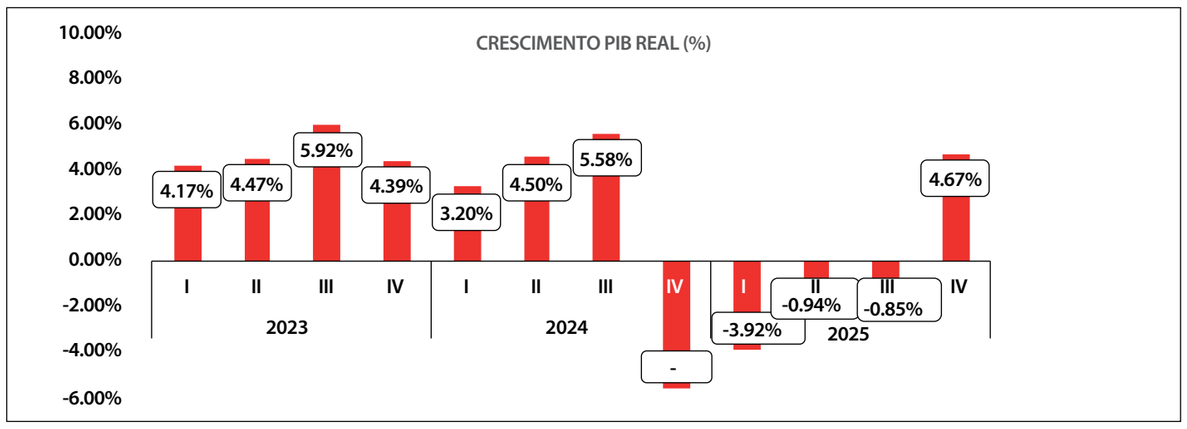
- **África do Sul:** crescimento de 1,1% em 2025, afectado por restrições internas e choques externos.
- **Moçambique:** crescimento mais robusto no ultimo trimestre, com inflação homóloga de 2,5% em dezembro de 2025 (Instituto Nacional de Estatística de Moçambique, 2025).



Para 2026, as projeções indicam um crescimento agregado da sub-região em 1,4%, condicionado à estabilidade macroeconómica, à gestão prudente das reservas de divisas e à diversificação das exportações (Fundo Monetário Internacional).

Economia Nacional

Após sucessivas contrações da actividade económica iniciadas no quarto trimestre de 2024, a economia moçambicana registou uma expansão de cerca de 4,67% no quarto trimestre de 2025, saindo assim de uma recessão técnica. De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE), este crescimento foi impulsionado principalmente pelo **sector secundário (4,87%)**, com destaque para a **indústria manufactureira (13,58%)** e o **ramo da construção (4,01%)**. Seguiu-se o **sector primário (4,55%)**, enquanto o sector terciário cresceu **4,09%**.



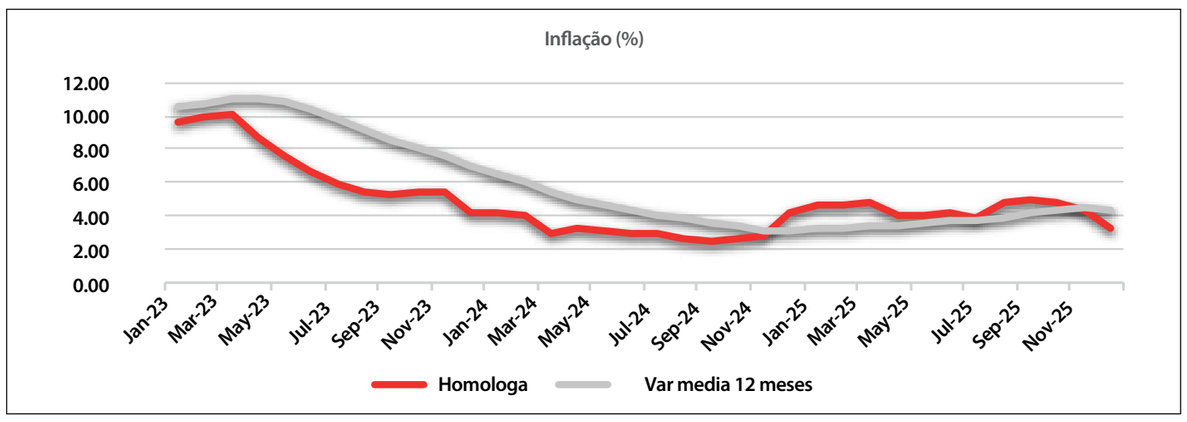
Fonte: INE

Apesar desta expansão, espera-se que o crescimento se mantenha moderado, uma vez que desafios como um ambiente de financiamento restrito e escassez de divisas continuam a limitar um crescimento mais acelerado. Ao mesmo tempo, os desafios de financiamento do governo tornaram-se mais agudos.

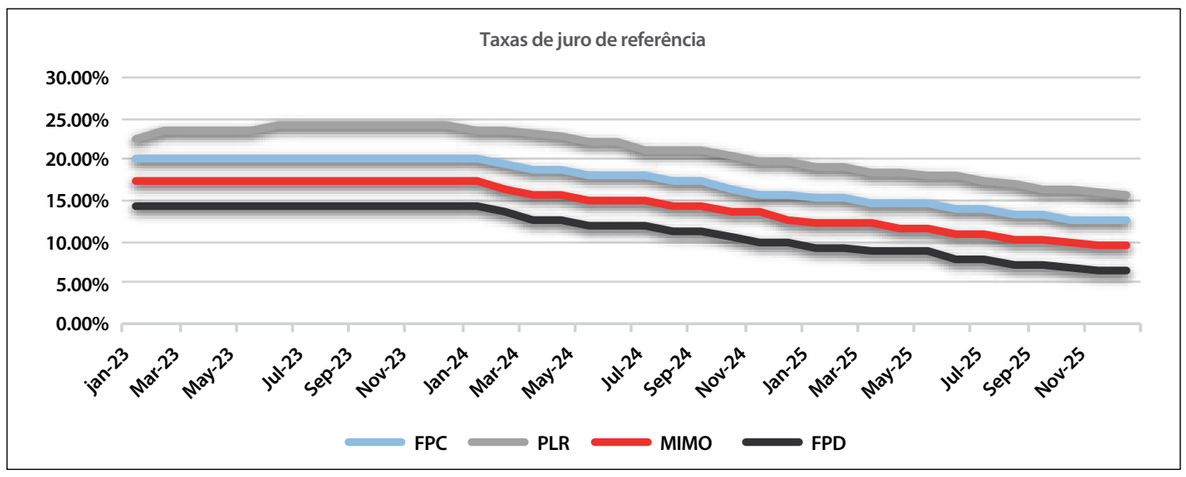
O sector energético poderá ter um impacto significativo, especialmente com o anúncio da retoma de grandes projectos de gás natural no norte do país, os quais têm potencial para transformar a estrutura económica e aumentar as exportações no médio prazo.

Inflação e Política Monetária

A inflação em Moçambique manteve-se relativamente moderada ao longo de 2025, reflectindo condições macroeconómicas mais estáveis e políticas monetárias prudentes. De acordo com dados do INE, a inflação homóloga medida pelo Índice de Preços no Consumidor (IPC) situou-se em 3,23% em dezembro de 2025, representando uma desaceleração face aos 4,38% registados em novembro do mesmo ano.



Esta moderação da inflação contribuiu para um ambiente macroeconómico relativamente estável, permitindo ao Banco de Moçambique manter uma postura prudente na condução da política monetária, apoiando a estabilidade do poder de compra das famílias e das condições financeiras da economia. Em 2025, o Banco de Moçambique continuou a apostar numa redução gradual da taxa de referência (MIMO).



A política de flexibilização foi conduzida de forma cautelosa e sequencial, permitindo ao Banco Central equilibrar o estímulo à economia com a necessidade de manter reservas internacionais adequadas e a estabilidade cambial, garantindo simultaneamente a manutenção da inflação dentro da meta de um dígito. O Banco Central anunciou recentemente que esta postura expansionista se aproximava do fim.

Mercados Financeiros

O mercado monetário foi caracterizado pelas intervenções do Comité de Politica Monetária do Banco de Moçambique (CPMO) na monitoria da evolução dos riscos e incertezas, por forma a manter a inflação baixa e estável, deliberando ajustamentos das taxas de referência do mercado.

Durante o ano de 2025, o Banco de Moçambique baixou as principais taxas de mercado, mantendo os Coeficientes de Reservas Obrigatórias inalterados em 29,00% para a moeda nacional e 29.50% para a moeda estrangeira.

	Dez-2024	Jan-2025	Mar-2025	Jun-2025	Aug-2025	Nov-2025	Dez-2025
MIMO	12.75%	12.75%	12.25%	11.00%	10.25%	9.50%	9.50%
FPC	15.75%	15.25%	14.75%	14.00%	13.25%	12.50%	12.50%
FPD	9.75%	9.25%	8.75%	8.00%	7.25%	6.50%	6.50%
RO MN	39.00%	29.00%	29.00%	29.00%	29.00%	29.00%	29.00%
RO ME	39.50%	29.50%	29.50%	29.50%	29.50%	29.50%	29.50%

Taxas de Juro do Mercado Monetário

Os Bilhetes de Tesouro seguiram a tendência das taxas de mercado e não obstante a grande procura pelo mercado de títulos, as taxas baixaram para os níveis de 12,04% para 91 dias, 12,10% para 182 dias e 12,20% para um ano.

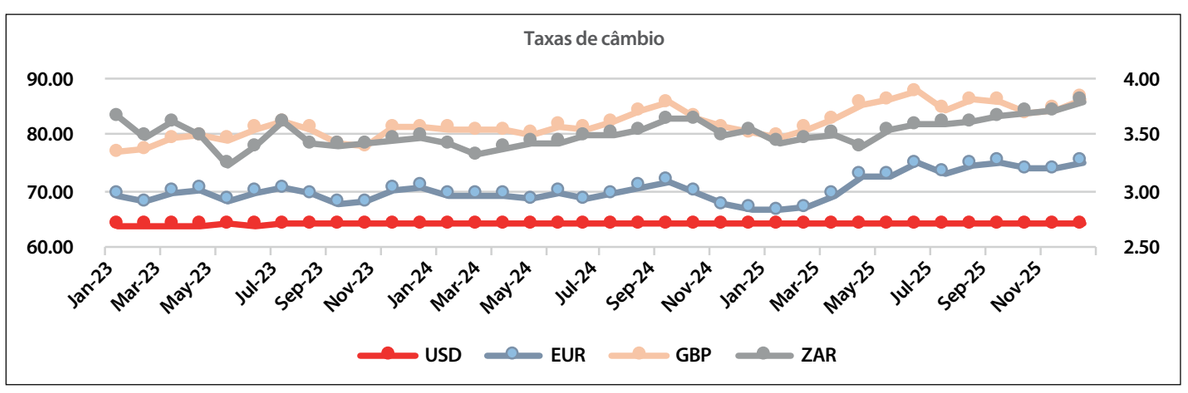
Taxas de Juro	Dez-2020	Dez-2021	Dez-2022	Dez-2023	Dez-2024	Dez-2025
BT's 91 Dias	7.68%	13.36%	17.66%	18.30%	13.77%	12.04%
BT's 182 Dias	7.56%	13.38%	17.71%	18.41%	13.64%	12.10%
BT's 364 Dias	7.34%	13.40%	17.73%	18.60%	13.78%	12.20%
Taxa (MIMO)	10.25%	13.25%	17.25%	17.25%	12.75%	9.50%
FPD "*Overnight*"	7.25%	10.25%	14.25%	14.25%	9.75%	6.50%
FPC "*Overnight*"	13.25%	16.25%	20.25%	20.25%	15.75%	12.50%

Mercado Cambial

No mercado cambial doméstico, apesar de a taxa de câmbio MZN/USD ter permanecido relativamente estável ao longo de 2025, variando entre 63,90 e 63,91, o metical registou uma depreciação face às outras principais moedas internacionais.

Destaca-se a taxa MZN/EUR, que encerrou o ano em 75,15, representando uma depreciação de cerca de 12,6% em relação ao fecho de 2024.

Seguiu-se a taxa MZN/GBP, que fechou em 86,25, correspondente a uma depreciação de 7,5% face ao ano anterior. Por último, a taxa MZN/ZAR situou-se em 3,79, refletindo uma depreciação de cerca de 7,3% em comparação com 2024.



Fonte: Banco de Moçambique

A escassez de divisas tem impactado tanto o sector empresarial como o mercado doméstico, limitando a capacidade das empresas de importar bens essenciais e de honrar compromissos financeiros em moeda estrangeira. O FMI recomenda que Moçambique adote uma maior flexibilidade cambial e melhore o acesso a divisas no mercado formal, de modo a aliviar pressões sobre empresas e consumidores. A flexibilização gradual da taxa de câmbio MZN/USD permitiria ao mercado ajustar-se de forma mais eficiente, reduzindo a escassez crónica de moeda estrangeira.

Principais Indicadores

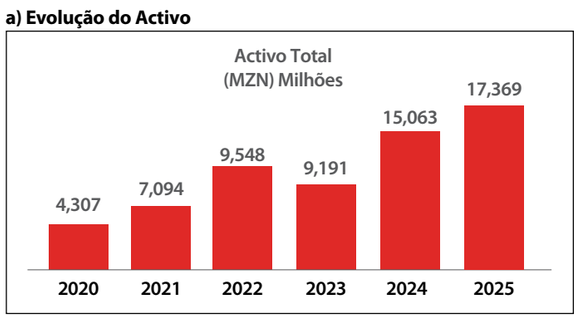
	2025	2024	Var. 2025 - 2024
BALANÇO			
Activos Totais	17,369,144	15,062,532	15.3%
Crédito a Clientes	1,634,006	1,959,620	-16.6%
Recursos de Clientes	11,426,951	10,451,025	9.3%
Rácio de Transformação	14%	19%	4.7 PP
POSICIONAMENTO COMPETITIVO			
Quota de mercado no Crédito a Clientes	0.57%	0.69%	0.1 PP
Quota de mercado em Depósitos	1.42%	1.28%	-0.1 PP
Quota de mercado em Activos	1.60%	1.50%	-0.1 PP
RENDIBILIDADE			
Resultado Antes de Impostos	1,220,687	1,117,146	9%
Resultado Líquido	983,277	969,174	1%
Produto Bancário	2,157,546	1,812,785	19%
Rácio da Margem Financeira (margem financeira/ activos produtivos médios)	10.96%	11.10%	0.1 PP
Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE)	24.38%	30.36%	6.0 PP
Rendibilidade dos Activos Produtivos Médios (ROA)	6.15%	9.79%	3.6 PP
LIMITES PRUDENCIAIS			
Tier I	80.23%	65.11%	-15.1 PP
Rácio de Solvabilidade	74.19%	63.60%	-10.6 PP
Rácio de Liquidez	97.08%	77.66%	-19.4 PP
QUALIDADE DOS ACTIVOS			
Rácio de Crédito Vencido Até 90 dias	7.10%	3.58%	-3.5 PP
Rácio de Crédito em Incumprimento (NPL)	1.52%	1.08%	-0.4 PP
Rácio de Cobertura do NPL	89.43%	68.66%	-20.8 PP
EFICIÊNCIA			
Custos Operacionais	779,843	689,127	13%
Outros gastos operacionais	269,101	262,869	2%
Gastos com Pessoal	423,414	326,453	30%
Amortizações	87,329	99,805	-13%
Custos/Activos Totais (%)	4.49%	4.58%	0.1 PP
Cost-to-Income (Custos Operacionais/Rendimento)	36.14%	38.01%	1.9 PP
Outros gastos operacionais/Produto Bancário	12.47%	14.50%	2 PP
Gastos com Pessoal/Produto Bancário	19.62%	18.01%	-1.6 PP
INDICADORES DE NEGÓCIO			
Unidades de Negócio	6	6	0%
N° de ATMs	11	11	0%
N° de POS	411	349	18%
Numero de Colaboradores	139	131	6%
Numero de Clientes	25,944	23,006	13%
N° de Cartões na Rede	7460	4311	73%

Análise Financeira

O UBA, em conformidade com o disposto no Aviso n.º 04/GBM/2007 e disposições complementares emitidas pelo Banco de Moçambique, apresenta as contas referentes ao anos fiscal de 2025, segundo as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS).

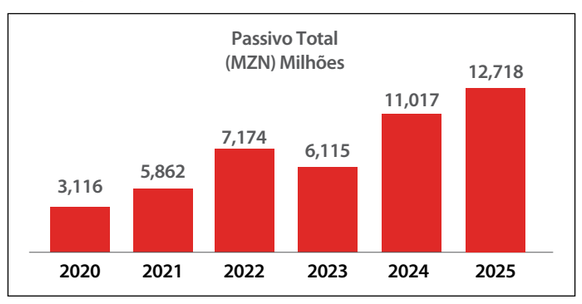
Os resultados e os rácios financeiros atingidos, demonstram a adopção pelo Banco de critérios de prudência de actuação na gestão de liquidez, na concessão de crédito aos clientes, na diversificação da carteira de depósitos e no investimento feito ao longo do ano em infraestruturas de suporte do negócio, incluindo segurança informática.

a) Evolução do Activo



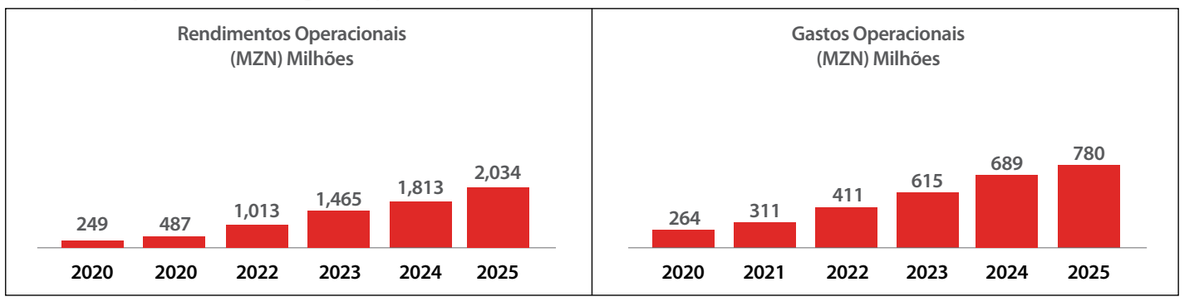
Os activos totais do UBA continuam a apresentar um crescimento relevante ao longo dos anos, registando um aumento de 15% em 2025, com destaque para a expansão dos activos produtivos (investimentos em títulos e aplicações em instituições de crédito), que representaram 72% do total dos activos no final do ano. Por outro lado, os activos líquidos do banco registaram uma redução, em particular as disponibilidades em bancos centrais, que diminuíram cerca de MZN 1,6 mil milhões, ou seja 59%. Esta estratégia, combinada com um modelo de gestão de liquidez focado em instrumentos de menor risco, tem contribuído para a solidez financeira da instituição e para a manutenção de níveis reduzidos de crédito vencido, reforçando a estabilidade e a eficiência operacional do banco.

b) Evolução do passivo



O passivo total do UBA tem apresentado um gráfico crescente ao longo dos anos, com maior destaque para 2025. O crescimento ao longo dos anos expressa um aumento de confiança que o mercado tem vindo a ter com o UBA, na melhoria dos serviços prestados, criação de novas soluções para os clientes e automatização de processos. Os depósitos de clientes representam 90% do total dos passivos em 2025.

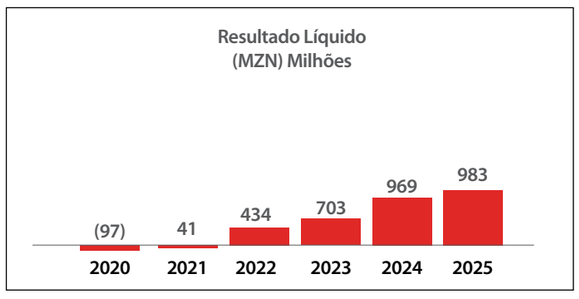
c) Evolução do produto bancário e gastos operacionais



Os rendimentos operacionais tem registado um crescimento notável ao longo dos anos. A margem financeira registou um incremento de 22% e os outros resultados de exploração apresentaram um aumento muito significativo acima de 100%.

Os gastos operacionais têm evoluído ao longo dos anos de forma sustentável, reflectindo o aumento de novos colaboradores. Os gastos operacionais em 2025 cresceram 12% devido ao aumento de gastos com pessoal.

d) Evolução do resultado líquido



Os resultados líquidos do UBA têm melhorado ao longo dos anos, registando em 2025 um ligeiro aumento de 1,5%. Este desempenho foi impulsionado pela expansão do produto bancário, suportada pelo crescimento da carteira de títulos, reflectindo o aumento dos depósitos de clientes e uma estratégia eficiente de alocação de recursos.

Por outro lado, a queda nos rendimentos líquidos de serviços e comissões moderou o crescimento, levando o UBA a alcançar um resultado líquido de MZN 983 milhões.

Responsabilidades da Gestão

O Conselho de Administração é responsável pela preparação das demonstrações financeiras, que apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira e o desempenho do Banco. Ao fazê-lo, O Conselho de Administração assegura;

1. Manter os registos contabilísticos adequados;
2. Aplicação de políticas contabilísticas adequadas;
3. As estimativas e os julgamentos efectuados são razoáveis e prudentes;
4. O pressuposto de continuidade é tido em consideração, a menos que não seja apropriado presumir que o Banco continuará no negócio; e
5. São instituídos procedimentos de controlo interno que salvaguardam os activos do Banco, previnem e detectam fraudes e outras irregularidades.

Activos Tangíveis

As informações relativas aos imóveis, instalações e equipamento estão divulgadas na Nota 15 das demonstrações financeiras. O Conselho de Administração acredita que o valor realizável líquido dos bens, instalações e equipamentos não é menor que o valor apresentado nas demonstrações financeiras.

Recursos humanos

(i) Admissão de pessoas com deficiência

O Banco continua a manter uma política de dar a justa consideração aos pedidos de emprego feitos por pessoas com deficiência tendo em conta as suas capacidades e aptidões. As políticas do Banco proíbem a discriminação contra pessoas com deficiência no recrutamento, formação e carreira dos colaboradores. No caso dos membros da equipa se tornarem deficientes, serão feitos esforços para assegurar que os seus empregos no Banco se mantenham, garantindo formação adequada de modo que se encaixem no ambiente de trabalho do Banco.

(ii) Saúde, segurança no trabalho e bem-estar dos funcionários

As instalações do Banco estão desenhadas com vista a garantir a segurança e as condições de vida saudáveis de seus colaboradores e clientes. Os colaboradores estão adequadamente seguros contra riscos operacionais e outros. Além disso, o Banco oferece serviços médicos aos seus colaboradores e familiares directos.

(iii) Desenvolvimento do pessoal e formação

O Banco incentiva a participação dos seus colaboradores nas decisões relacionadas com assuntos que afectem o bem-estar dos seus funcionários. Para esse fim, o Banco oferece oportunidades onde os funcionários deliberam sobre questões que afectam o Banco e os interesses dos empregados, com vista a tomar medidas para as decisões nesta matéria. De acordo com a política de desenvolvimento contínuo, o Banco elabora programas de formação anuais. Os programas incluem formação no trabalho, sessões em sala de aula e programas de formação baseados na *Web* que se encontram disponíveis para todos os colaboradores.

Aplicação de resultados

Em 2025, os lucros antes de impostos ascenderam a 1.220.686.781 meticais. Os resultados após impostos ascenderam a 983 276 913 meticais. O Conselho de Administração propõe a afectação dos lucros nos termos seguintes:

1. Transferência para reservas legais de um montante total de 294.983.074 meticais, correspondente a 30% dos lucros após impostos;
2. Distribuição de dividendos de um total de 688.293.839 meticais.

Auditor

O Conselho de Administração nomeou a Ernst & Young – Sociedade de Contabilistas e Auditores Certificados, S.A como auditor independente do Banco.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é composto por Filipe Mandlate, que exerce a função de Presidente do Conselho de Administração, Pedro Marenguene como Administrador Delegado, e pelos Administradores não-executivos Carla Ribeiro, Inaete Merali, Franklin Erebor, Zainadin Dalsuco e Adeleke Adeyemi e Joaquim Gaspar como Secretário de Sociedade

Escritório Registrado:
Praça Zedequias Manganhela - n º 267- 7º Andar
Edificio JAT 4,
Maputo, Moçambique

Auditor Independente:
Ernst & Young – Sociedade de Contabilistas e Auditores Certificados, S.A
Rua Belmiro Obadias Muianga, Nº 179
Maputo - Mozambique

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

United Bank for Africa Moçambique , SA

Exercício de 31de Dezembro de 2025

Parecer de Fiscal Único

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Fiscal Unico do United Bank for Africa Moçambique, SA, apreciou o relatório do Conselho de Administração, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração da Posição Financeira, a Demonstração de Alteraçãoes no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, referentes ao Exercício económico findo em 31 de Dezembro de 2025.
Ao Fiscal Unico procedeu à analise da informação financeira, aos demais documentos incluindo o Relatório do Auditor Externo, Ernst & Young - Sociedade de Contabilistas e Auditores Certificados, Lda para o exercicio de 2025, o relatório de atividades e obteve esclarecimentos e informação necessária junto das diferentes áreas de Direcção do Banco, tendo concluído que no intervalo dos limites de razoabilidade, tanto quanto pode observar, as Demonstrações Financeiras que acompanham espelham fielmente a situação económico-financeira a 31 de Dezembro de 2025.

Relatório

Depois da analise e discutir dos documentos fornecidos pela Direcção do Banco, auditor externo e auditor interno com respetivas notas explicativas., relatório do auditor independente, e relatório do auditor interno, pode-se concluir o seguinte:

O Conselho Fiscal apreciou, com particular atenção, a evolução dos seguintes indicadores:
- Produto Baincário com aumento de 22,16 % (2024: 34,95%) comparativamente ao período anterior.
- O Resultado Liquido do Exercício, ascrescer em 1,45% (2024: 37,90%), relativamente ao ano anterior.
- O capital próprio aumentar em 983.276.913 (2024: 969.173.925) meticais comparado á 2024.

Parecer

O Fiscal Único Recomenda:
Sejam aprovados o Relatório de Actividades, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração da Posição Financeira, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa e demais documentos apresentados pelo Conselho de Administração relativos ao Exercício Económico de 2025.

O Fiscal Unico dá o parecer de que a Assembleia Geral proceda nos termos seguintes:
- Aprove as contas referentes ao exercício de 2025;
- Aprove o Relatório de Gestão do Conselho de Administração.

Maputo, 15 de Abril 2026

Kreston Mozambique – Sociedade de Contabilistas e Auditores Certificados, Lda
(Auditor Certificado n.º 05/SAC/OCAM/2014

knowing you.

Kreston Mozambique Lda
www.kreston-moz.com

No. 1067 cnr Rua Valentim Siti & Av Kwame Nkrumah, Maputo
Mozambique
T +258 21 418563 |
+258 85 3033444 | +258 83 303444
E ktm@kreston-moz.com

An independent member of the Kreston Global network

MEMBER OF THE FORUM OF FIRMS

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

EY
Building a better working world

Ernst & Young – Sociedade de Contabilistas
e Auditores Certificados, Lda.
Rua Belmiro Obadias Muianga, N° 179
Caixa Postal 366,
Maputo
Moçambique

Tel: +258 21 35 3000
Fax: +258 21 32 1984
Email: ernst.young@mz.ey.com
NUIT:400 006 245
www.ey.com

Aos Accionistas do
UNITED BANK FOR AFRICA MOÇAMBIQUE, S.A.

Relatório sobre a Auditoria das Demonstrações Financeiras

Opinião
Auditámos as demonstrações financeiras do United Bank for Africa Moçambique, S.A. ("Banco"), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2025, a demonstração do resultado integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, bem como as notas às demonstrações financeiras, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira do Banco em 31 de Dezembro de 2025, o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS).

Bases para a Opinião
Realizámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras deste relatório. Somos independentes do Banco de acordo com os requisitos do Código de Ética do IESBA (International Ethics Standards Board for Accountants) e com os requisitos éticos relevantes para a auditoria de demonstrações financeiras em Moçambique, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Outra Informação
O Conselho de administração é responsável pela outra informação. A outra informação compreende o Relatório Anual da Administração, conforme requerido no Código Comercial, mas não inclui as demonstrações financeiras e o relatório do auditor sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a outra informação e não expressamos qualquer tipo de garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura da outra informação e, em consequência, considerar se essa outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras, com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria ou se aparenta estar materialmente distorcida. Se, com base no trabalho efectuado, concluirmos que existe uma distorção material nesta outra informação, exige-se que relatemos sobre esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras
O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), e pelo controlo interno que determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o Conselho de Administração é responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o Conselho de Administração tenha a intenção de liquidar o Banco ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

O Conselho de Administração é, também, responsável pela supervisão do processo de relato financeiro do Banco.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras
Os nossos objectivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devido a fraude ou a erro, e em emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas na base dessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e, também:
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco para uma distorção devido a erro dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo Conselho de Administração;
- Concluímos sobre a apropriação do uso, pelo Conselho de Administração, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam pôr em dúvida a capacidade do Banco em continuarem as suas operações. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, futuros acontecimentos ou condições podem provocar que o Banco descontinue as operações;
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se estas representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação.

Comunicámos com o Conselho de Administração, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria, incluindo qualquer deficiência de controlo interno identificado durante a auditoria.

Adicionalmente, declarámos ao Conselho de Administração que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percepcionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Das matérias que comunicámos ao Conselho de Administração, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que são as matérias relevantes de auditoria.

O sócio responsável pela auditoria de que resultou este relatório é o Eduardo Caldas.

ERNST & YOUNG – SOCIEDADE DE CONTABILISTAS E AUDITORES CERTIFICADOS, S.A.

Sociedade de Auditores Certificados (Nº 13/SCA/OCAM/2015)

Representada por:

Rua Belmiro Obadias Muianga n.º 179 EY Caixa Postal 366 - Maputo - Moçambique

Eduardo Jorge Freio da Costa Caldas (Auditor Certificado nº 33/CA/OCAM/2012)

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

(Montantes expressos em Meticais)

	Notas	2025	2024
Juros e rendimentos similares	2	1,636,887,418	1,339,902,570
Juros e gastos similares	2	(326,670,457)	(267,423,245)
Margem financeira	2	**1,310,216,962**	**1,072,479,325**
Rendimentos com serviços e comissões	3	226,925,126	297,794,445
Gastos com serviços e comissões	3	(39,526,935)	(29,753,922)
Resultados de serviços e comissões	3	**187,398,191**	**268,040,523**
Resultado em operações financeiras	4	485,632,417	465,996,277
Outros resultados de exploração	7	50,881,849	6,269,155
Rendimentos operacionais		**2,034,129,419**	**1,812,785,280**
Imparidade de crédito e adiantamentos a clientes	13	(18,744,629)	28,836,918
Imparidades líquidas de investimentos em títulos e aplicações	11, 12	(112,537,118)	(13,696,389)
Rendimentos operacionais liquidos		**1,902,847,671**	**1,827,925,809**
Gastos com pessoal	5	(423,414,176)	(326,452,628)
Gastos administrativos	6	(269,100,708)	(262,869,462)
Amortizações e depreciações	15, 16	(87,328,558)	(99,804,939)
Total de custos operacionais		**(779,843,443)**	**(689,127,029)**
Provisões liquidas	19	97,682,553	(21,653,270)
Resultado antes de impostos		**1,220,686,781**	**1,117,145,511**
Impostos correntes	8	(237,409,868)	(147,971,586)
Resultado líquido do exercício		**983,276,913**	**969,173,925**
Outro rendimento integral		-	-
Total do rendimento integral do exercício		**983,276,913**	**969,173,925**

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

(Montantes expressos em Meticais)

	Notas	2025	2024
Activos			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	9	2,875,095,938	4,558,783,485
Disponibilidades sobre instituições de crédito	10	128,761,647	261,321,022
Aplicações em instituições de crédito	11	3,094,469,843	3,453,256,933
Investimentos em títulos	12	9,377,357,461	4,532,052,153
Empréstimos e adiantamentos a clientes	13	1,634,006,286	1,959,619,742
Outros Activos	14	46,749,935	92,762,324
Activo tangíveis e sob direito de uso	15	202,722,239	200,022,847
Activos intangíveis	16	9,980,943	4,713,444
Total de activos		**17,369,144,291**	**15,062,531,951**
Passivo			
Depósitos de clientes	17	11,426,951,388	10,451,024,665
Recursos de instituições de crédito	18	319,660,068	160,009,337
Provisões	19	10,039,519	119,640,397
Passivos de locação	20	83,785,798	75,536,736
Outros passivos	21	877,197,471	211,009,084
Total do passivo		**12,717,634,244**	**11,017,220,219**
Capital próprio			
Capital social	22	2,452,552,000	2,452,552,000
Prémio de emissão	23	571,653,523	571,653,523
Reserva legal	24	644,027,611	353,275,433
Resultados transitados		983,276,913	667,830,776
Total do capital próprio		**4,651,510,047**	**4,045,311,733**
Total do capital próprio e do passivo		**17,369,144,291**	**15,062,531,951**

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

(Montantes expressos em Meticais)

	Capital social (nota 22)	Prémio de emissão (nota 23)	Reserva legal (nota 24)	Resultados do exercício	Resultados transitados	Capital próprio
Saldo em 1 de Janeiro de 2024	**2,452,552,000**	**571,653,523**	**142,430,681**	**702,815,842**	**(793,314,238)**	**3,076,137,808**
Aumento de capital		-	-	-	-	-
Resultados transitados	-	-	-	(491,971,089)	491,971,089	-
Resultado do exercício	-	-	-	969,173,925	-	**969,173,925**
Reserva legal	-	-	210,844,752.55	(210,844,753)	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2024	**2,452,552,000**	**571,653,523**	**1353,275,434**	**969,173,925**	**(301,343,149)**	**4,045,311,734**
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(377,078,599)	**(377,078,599)**
Resultados transitados	-	-	-	(678,421,747)	678,421,747	-
Resultado do exercício	-	-	-	983,276,913	-	**983,276,913**
Reserva legal	-	-	290,752,177	(290,752,177)	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2025	**2,452,552,000**	**571,653,523**	**644,027,611**	**983,276,913**	**-**	**4,651,510,047**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

(Montantes expressos em Meticais)

	Notas	2025	2024
Fluxo de caixa das actividades operacionais			
Resultado líquido do exercício		**983,276,913**	**969,173,925**
Ajustamentos:			
Depreciações e amortizações	15,16	87,328,558	99,804,939
Ajustamentos liquidos de abates		(6.552.413)	-
Gastos em imparidades	13	18,744,629	(28,836,918)
Imparidade de investimentos em títulos	11,12	112,537,118	13,696,389
Provisões	19	-	21,653,270
Abate de activos tangíveis	15	-	3,187,759
Variação nos activos operacionais	27	412.231.442	20,710,322
Variação nos passivos operacionais	27	1.638.254.461	5,057,093,828
Variação das reservas obrigatórias no Banco Central		385,275,892	(1,532,967,516)
Margem financeira		(1,310,216,962)	(1,072,479,325)
Fluxos de caixa das variações de activos e passivos operacionais		**2.320.879.638**	**3,551,036,672**
Juros recebidos		1,579,540,681	1,338,426,689
Juros pagos		(345,122,382)	(237,353,609)
Imposto sobre o rendimento pago		(237,409,868)	(147,971,586)
Fluxo líquido de caixa gerado pelas actividades operacionais		**3.317.888.069**	**4,504,138,167**
Fluxo de caixa das actividades de investimento			
Aquisição de activos tangíveis	15	(82,606,494)	(100,974,555)
Aquisição de activos intangíveis	16	(6,316,541)	(914,662)
Aquisições de títulos	12	(4,957,842,425)	(1,780,355,953)
Fluxo líquido de caixa das actividades investimento		**(5,046,765,460)**	**(1,882,245,169)**
Fluxo de caixa das actividade de financiamento			
Pagamento das locações		(59,058,490)	(61,080,016)
Fluxo líquido de caixa gerado pelas actividades operacionais		**(59,058,490)**	**(61,080,016)**
Variação de caixa e equivalentes	27	(1,787,755,882)	2,560,812,981
Caixa e equivalentes de caixa no início do ano	27	4,935,324,925	2,374,511,945
Caixa e equivalentes no final do período		**3,147,569,042**	**4,935,324,925**

#ActualizaçãoDeDados

Actualize os seus dados
e mantém a sua conta
activa e segura.

Veja os requisitos no nosso website
www.ubamozambique.com

Para mais informações contacte o seu gestor
ou a nossa linha do cliente pelo **800300555**

Faça scan
do QR Code com
a câmera do seu celular

www.ubamozambique.com | **África**
Londres, Paris, Nova Iorque, Emirados Árabes Unidos

Africa's Global Bank

Introdução

United Bank for Africa Moçambique, SA (adiante designado como UBA ou Banco) é um banco comercial privado, constituído em 2009, que começou a operar em Novembro de 2010, com a sua sede na Av. Zedequias Manganhela, 267 edifício JAT 4 - Maputo, Moçambique.

A Empresa mãe é o United Bank for Africa Plc, um Banco constituído na Nigéria e também envolvido em actividades de banca comercial.

1. Politícas contabilísticas

1.1. Bases de preparação

As demonstrações financeiras anuais foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e com base no custo histórico, excepto quando expressamente indicado em contrário nas políticas contabilísticas.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações e as políticas contabilísticas adoptadas são consistentes face às políticas do exercício anterior, excepto quando especificamente indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras do Banco foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 24 de Março de 2026 e serão submetidas à aprovação pelos Accionistas em Assembleia-Geral agendada para 15 de Abril de 2026.

1.2. Estimativas e julgamentos significativos

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de certas estimativas contabilísticas críticas. Também exige que a administração exerça seu julgamento no processo de aplicação das políticas contabilísticas do Banco. As notas explicativas às demonstrações financeiras estabelecem áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras do Banco.

Na aplicação das politícas contabilísticas do Banco, o Conselho de Administração usou os seus julgamentos e estimativas na determinação dos montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras. As mais significativas dizem respeito a:

Justo valor dos instrumentos financeiros

Quando o justo valor de activos e passivos financeiros registados nas demonstrações financeiras não pode ser calculado com base em cotações de mercados activos, o justo valor é determinado usando diversas técnicas de avaliação, que incluem uso de modelos matemáticos. Os dados a inserir nestes modelos são calculados com base na informação disponível de mercados, contudo, sempre que tal não seja exigível, é necessário recorrer em alguma medida a ponderações para determinar o justo valor. As alterações nos pressupostos acerca destes factores podem afectar o justo valor reconhecido nas demonstrações financeiras.

As técnicas de avaliação incluem o valor actual líquido, modelos de fluxos de caixa descontados e outros modelos de avaliação. Pressupostos e inputs utilizados em técnicas de avaliação de risco incluem as taxas de juro livre e de referência, os spreads de crédito e outros prémios utilizados para estimar as taxas de desconto, preços de obrigações, bilhetes de tesouro e taxas de câmbio. O objectivo das técnicas de avaliação é chegar a uma determinação do justo valor que reflecte o preço do instrumento financeiro na data do relato, a qual teria sido determinada pelos participantes no mercado actuando numa base comercial.

Mensuração do justo valor e processo de avaliação: Ao estimar o justo valor de um activo ou passivo financeiro, o Banco utiliza dados observáveis no mercado, na medida em que estejam disponíveis. Quando os dados do Nível 1 não estão disponíveis, o Banco usa modelos de avaliação para determinar o justo valor dos seus instrumentos financeiros.

O Banco utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais existem dados suficientes para mensurar o justo valor, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os activos e passivos para os quais o justo valor é mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são classificados de acordo com a hierarquia de justo valor, descrita a seguir, com base no menor nível de inputs não observáveis para a mensuração do justo valor como um todo:

Nível 1 – Preços de mercado cotados (não ajustados) nos mercados activos para activos ou passivos idênticos;

Nível 2 – Técnicas de avaliação para as quais os inputs de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do justo valor é directa ou indirectamente observável;

Nível 3 – Técnicas de avaliação para as quais os inputs de nível mais baixo que é significativa para a mensuração do justo valor não é observável.

Para os activos e passivos cujo justo valor é mensurado de forma recorrente, o banco determina se transferências ocorreram entre os níveis na hierarquia, reavaliando a categorização (com base no menor nível de inputs não observáveis para a mensuração do justo valor como um todo) no final de cada período de relatório.

Perdas por imparidade de empréstimos e adiantamentos a clientes

A seguir, são apresentados os julgamentos críticos relacionados a estimativa das perdas por imparidade:

- Aumento significativo do risco de crédito: As perdas de crédito esperdas (ECL) são mensuradas como uma provisão igual a ECL de 12 meses para activos de estágio 1, ou activos de ECL ao longo da vida esperada (*lifetime*) para activos de estágio 2 ou 3. Um activo passa para o estágio 2 quando o seu risco de crédito aumenta significativamente desde o reconhecimento inicial. A IFRS 9 não define o que constitui um aumento significativo no risco de crédito. Ao avaliar se o risco de crédito de um activo aumentou significativamente, o Banco leva em consideração informações prospectivas qualitativas e quantitativas razoáveis e sustentáveis.
- Estabelecimento de grupos de activos com características semelhantes de risco de crédito: Quando as ECLs são medidas colectivamente, os instrumentos financeiros são agrupados com base em características de risco compartilhadas. O Banco monitora a adequação das características de risco de crédito em uma base contínua para avaliar se elas continuam sendo semelhantes. Isso é necessário para assegurar que, caso as características do risco de crédito alterem, haja uma adequada segmentação dos activos. Isso pode resultar na criação de novos portfólios ou na migração de activos para um portfólio existente que reflicta melhor as características semelhantes de risco de crédito desse grupo de activos. A ressegmentação de portfólios e movimento entre carteiras é mais comum quando há um aumento significativo no risco de crédito (ou quando esse aumento significativo reverte) e assim os activos passam de ECLs de 12 meses para PD *Lifetime* ou vice-versa, mas também podem ocorrer dentro de carteiras que continuam a ser medidas na mesma base de ECLs de 12 meses ou Lifetime, mas o valor da ECL muda porque o risco de crédito das carteiras é diferente.
- Modelos e premissas utilizadas: O Banco utiliza diversos modelos e premissas na mensuração do justo valor de activos financeiros, bem como na estimativa de ECL. O julgamento é aplicado na identificação do modelo mais apropriado para cada tipo de activo, bem como na determinação das premissas utilizadas nesses modelos, incluindo as premissas relacionadas aos principais determinantes do risco de crédito.

Principais fontes de incerteza na estimativa das perdas por imparidade

A seguir estão as principais estimativas que os administradores utilizaram no processo de aplicação das políticas contabilísticas do Banco e que têm o efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

- Determinar o número e respectivos ponderadores de cenários prospectivos (*forward-looking*) para cada tipo de produto / mercado e determinar as informações de prospectivas relevantes para cada cenário: Ao mensurar a ECL, o Banco usa informações prospectivas razoáveis e suportáveis, que são baseadas em suposições para o futuro movimento de diferentes factores económicos e como esses factores afectarão uns e outros.

- Probabilidade de incumprimento (PD): constitui um factor-chave na mensuração da ECL. A PD é uma estimativa da probabilidade de incumprimento em um determinado horizonte de tempo, cujo cálculo inclui dados históricos, premissas e expectativas de condições futuras.

- Perda dado o incumprimento (LGD): É uma estimativa da perda decorrente do incumprimento. É baseado na diferença entre os fluxos de caixa contratuais vencidos e aqueles que o Banco esperaria receber, levando em consideração os fluxos de caixa de garantias e de crédito integral.

Impostos

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são determinados pelo Banco com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e poderá dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento do Banco sobre o adequado enquadramento das suas operações, o qual é susceptível de poder vir a ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

As Autoridades Fiscais dispõem de faculdade de rever a posição fiscal do Banco durante um período de cinco (5) anos, podendo resultar em ajustamentos, devido a diferentes interpretações e/ou incumprimento da legislação fiscal, nomeadamente em sede de IRPS (Imposto sobre pessoas singulares), IRPC (Imposto sobre pessoas colectivas) e IVA (Imposto sobre o Valor Acrescentado).

O Conselho de Administração acredita ter cumprido todas as obrigações fiscais a que o Banco se encontra sujeito. Eventuais correcções à base fiscal declarada, como resultado dessas revisões, não deverão ter um efeito relevante sobre as demonstrações financeiras.

Activos por impostos diferidos são reconhecidos na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis e permitirão que o activo por impostos diferidos seja recuperado no futuro face ao qual os mesmos activos podem ser utilizados. Os prováveis lucros tributáveis são estimados com base em planos de negócios que incluem estimativas e pressupostos sobre o crescimento económico, taxas de juros, taxa de inflação, taxas de imposto e forças concorrenciais.

Relativamente ao reconhecimento dos impostos diferidos o banco entendeu que não estavam reunidas condições para o seu reconhecimento.

1.3. Políticas contabilísticas materiais

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras foram aplicadas de forma consistente a todos os exercícios apresentados (excepto quando divulgado de outra forma):

a) Transacções em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Meticais, sendo esta a moeda funcional do Banco e a moeda de apresentação. Transacções em moeda estrangeira são reconhecidas com a taxa de câmbio à data de transacção. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio de fecho divulgada pelo Banco de Moçambique à data de balanço. As diferenças de câmbio são reconhecidas em resultados no período a que respeitam. Activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira que sejam determinados pelo seu custo histórico, são convertíveis à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Activos e passivos não monetários que são mensurados pelo justo valor em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio da data em que o justo valor é determinado. As diferenças em moeda estrangeira resultantes da conversão são reconhecidas nos resultados.

As taxas de câmbio utilizadas para a conversão de saldos relevantes, denominados em moeda estrangeira são as seguintes:

	2025	2024
Dólar Americano	63.91	63.91
Euro	75.01	66.79
Rand Sul Africano	3.85	3.41
Libra	85.86	80.48
Naira	0.04	0.04

b) Reconhecimento de rédito e gasto

O rédito é reconhecido quando (ou à medida que) seja satisfeita uma obrigação de desempenho ao transferir um serviço, tendo por base o preço da transação associado a essa obrigação de desempenho. O reconhecimento de rédito obedece os seguintes critérios por rúbrica:

i) Juros, rendimentos e gastos financeiros

Os rendimentos e gastos de juros para todos os instrumentos financeiros, excepto aqueles classificados como mantidos para negociação ou aqueles mensurados ou designados no reconhecimento inicial ao justo valor por resultados, são reconhecidos na rúbrica "Juros e rendimentos similares" e "Juros e gastos similares" no resultado através do método da taxa de juros efectiva. Os juros dos instrumentos financeiros mensurados ao justo valor através dos resultados são incluídos no movimento do valor durante o período.

A taxa de juro efectiva (TJE) é a taxa que desconta exactamente os fluxos de caixa futuros estimados do instrumento financeiro ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, num período mais curto, para o valor líquido actual do activo ou passivo financeiro. Os fluxos de caixa futuros são estimados levando em consideração todos os termos contratuais do instrumento.

O cálculo da TJE inclui todas as taxas pagas ou recebidas entre as partes do contrato, que são incrementais e directamente atribuíveis ao contrato de empréstimo específico, aos custos de transação e a todos os outros prémios ou descontos. Para os activos financeiros ao valor justo através de resultados, os custos de transação são reconhecidos no resultado no reconhecimento inicial.

O rendimento/gasto de juros é calculado aplicando-se a TJE ao valor contabilístico bruto de activos financeiros (ou seja, ao custo amortizado do activo financeiro antes do ajustamento de qualquer imparidade), ou ao custo amortizado de passivos financeiros. Para os activos financeiros com perda de imparidade (estágio 3), o rendimento de juros é calculado aplicando-se a TJE ao custo amortizado dos activos financeiros com perda de imparidade (ou seja, o valor contabilístico bruto menos a provisão para perdas esperadas de crédito (ECLs). Para activos financeiros originados ou comprados com redução no valor recuperável de crédito (POCI), a TJE reflecte as ECLs na determinação dos fluxos de caixa futuros que se espera que sejam recebidas do activo financeiro.

ii) Rendimentos provenientes de serviços e comissões

Os rendimentos e gastos de comissões incluem outras taxas que não aquelas que são parte integrante da TJE. As comissões incluídas nesta parte da demonstração de resultados incluem, entre outras coisas, comissões cobradas pelo serviço de um empréstimo, taxas de não utilização relacionadas com compromissos de empréstimo, quando é improvável que resultem num acordo de empréstimo específico e comissões na sindicação de empréstimos.

Quando um contrato com um cliente que resulte num instrumento financeiro reconhecido nas demonstrações financeiras do Banco poderá estar parcialmente no âmbito da IFRS 9 e parcialmente no âmbito da IFRS 15. Se for este o caso, o Banco aplica primeiro a IFRS 9 para separar e mensurar a parte do contrato que se encontra no âmbito da IFRS 9, e seguidamente aplica a IFRS 15 à parte residual. Os gastos de serviços e comissões referem-se principalmente a taxas de transacção e serviços, que são reconhecidos como um gasto à medida que os serviços são recebidos.

Tipo de serviço	Natureza e prazo de satisfação das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas
Banca de retalho e corporativa	O Banco presta serviços bancários a clientes particulares e corporativos, incluindo gestão de contas, disponibilização de facilidades de desco descoberto, transacções em moeda estrangeira, cartão de crédito e taxas de serviços. As comissões pela gestão contínua de contas são cobradas mensalmente na conta do cliente. O Banco define as taxas separadamente para clientes da banca de retalho e corporativa em cada jurisdição anualmente. As comissões baseadas em transacções em moeda estrangeira e descobertos são cobradas na conta do cliente quando a transacção ocorre. As comissões de serviços são cobradas mensalmente e são baseadas em comissões fixas revistas anualmente pelo Banco.

Gastos de honorários e comissões com relação a serviços são contabilizadas na medida que os serviços são recebidos.

iii) Rendimentos líquidos em operações financeiras

Os resultados em operações financeiras incluem todos os ganhos e perdas de variações no justo valor de activos financeiros e passivos financeiros mantidos para negociação.

c) Instrumentos financeiros e reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço do Banco quando este se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Activos e passivos financeiros são mensurados inicialmente pelo justo valor. Os custos de transacção que são directamente atribuíveis à aquisição ou emissão de activos e passivos financeiros (que não sejam activos financeiros e passivos financeiros no justo valor através de resultados FVTPL) são adicionados ou deduzidos do justo valor dos activos ou passivos financeiros, conforme o caso, no momento do reconhecimento inicial. Os custos de transacção directamente atribuíveis à aquisição de activos e passivos financeiros ao justo valor por meio de resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Se o preço de transacção diferir do justo valor no reconhecimento inicial, o banco contabilizará essa diferença da seguinte forma:

- Se o justo valor for evidenciado por um preço cotado em um Mercado activo para um activo ou passivo idêntico ou com base em uma técnica de avaliação que utiliza apenas dados de mercados observáveis, a diferença é reconhecida no resultado no reconhecimento inicial (ou seja, dia 1 lucros ou prejuízos);
- Em todos os outros casos, o justo valor será ajustado para alinhá-lo ao preço da transacção (ou seja, o lucro ou a perda do dia 1 será diferido, incluindo no valor contabilístico inicial do activo ou passivo).

i) Activos financeiros

Todos os activos financeiros são reconhecidos e desreconhecidos em uma data de negociação em que a compra ou venda de um activo financeiro está sob um contrato cujos termos exigem a entrega do activo financeiro dentro do prazo estabelecido pelo mercado em questão e são inicialmente mensurados pelo justo valor, mais custos de transacção, excepto para aqueles activos financeiros classificados como FVTPL. Os custos de transacção directamente atribuíveis à aquisição de activos financeiros classificados como FVTPL são reconhecidos imediatamente no resultado.

Todos os activos financeiros reconhecidos que estão dentro do âmbito da IFRS 9 devem ser subsequentemente mensurados pelo custo amortizado ou pelo justo valor com base no modelo de negócios da entidade para gerir os activos financeiros e nas características contratuais do fluxo de caixa dos activos financeiros. Especificamente:

- Instrumentos de dívida mantidos em um modelo de negócios cujo objectivo é obter os fluxos de caixa contratuais e que tenham fluxos de caixa contratuais que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida (SPPI), são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado;
- Os instrumentos de dívida mantidos em um modelo de negócios cujo objectivo é obter os fluxos de caixa contratuais e vender os instrumentos de dívida, e que possuem fluxos de caixa contratuais que são SPPI, são subsequentemente mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral (FVTOCI);
- Todos os outros instrumentos de dívida (por exemplo, instrumentos de dívida administrados com base no justo valor, ou mantidos para venda) e investimentos em acções são subsequentemente mensurados ao justo valor através de resultados (FVTPL).

No entanto, o Banco pode fazer a seguinte eleição ou designação irrevogável no reconhecimento inicial de um activo financeiro, activo a activo:

- O Banco pode, de maneira irrevogável, apresentar alterações subsequentes do justo valor de um investimento em acções em OCI, que não seja mantido para negociação, nem seja a contraprestação contingente reconhecida por um adquirente em uma combinação de negócios à qual o IFRS 3 se aplica; e
- O Banco pode, de forma irrevogável, designar um instrumento de dívida que atenda aos critérios de custo amortizado ou FVTOCI, conforme mensurado no FVTPL, se isso eliminar ou reduzir significativamente um missmatch contabilístico (referido como opção de justo valor).

Activos financeiros ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral (FVTOCI).

O Banco avalia a classificação e mensuração de um activo financeiro com base nas características contratuais do fluxo de caixa do activo e no modelo de negócios do Banco para gerir o activo.

Para que um activo seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo FVTOCI, seus termos contratuais devem originar fluxos de caixa que são apenas pagamentos de capital e juros do montante em dívida (SPPI).

Para fins de teste SPPI, capital é o justo valor do activo financeiro no reconhecimento inicial. Esse valor do capital pode mudar ao longo da vida do activo financeiro (por exemplo, se houver reembolsos do capital). Os juros consistem na consideração do valor temporal do dinheiro, do risco de crédito associado ao valor do capital em dívida durante um determinado período de tempo e de outros riscos e custos básicos de empréstimos, além de uma margem de lucro. A avaliação do SPPI é feita na moeda em que o activo financeiro é denominado.

Os fluxos de caixa contratuais que são SPPI são consistentes com um acordo de empréstimo básico. Os termos contratuais que introduzem exposição a riscos ou volatilidade nos fluxos de caixa contratuais que não estão relacionados a um acordo básico de empréstimo, como exposição a mudanças nos preços das acções ou dos preços das *commodities*, não dão origem a fluxos de caixa contratuais que são SPPI. Um activo financeiro originado ou adquirido pode ser similar a um acordo de empréstimo básico (em substância), independentemente de ser um empréstimo na sua forma legal.

Uma avaliação dos modelos de negócios para gestão de activos financeiros é fundamental para a classificação de um activo financeiro. O Banco determina os modelos de negócios em um nível que reflete como os grupos de activos financeiros são geridos em conjunto para atingir um objectivo comercial específico. O modelo de negócios do Banco não depende das intenções da administração para um instrumento individual; portanto, a avaliação do modelo de negócios é realizada em um nível mais alto de agregação do que instrumento-por-instrumento.

O Banco possui mais de um modelo de negócios para gerir seus instrumentos financeiros, que refletem como o banco gere os seus activos financeiros, a fim de gerar fluxos de caixa. Os modelos de negócios do Banco determinam se os fluxos de caixa resultarão de recebimento de fluxos de caixa contratuais, da venda de activos financeiros ou de ambos.

O Banco considera todas as informações relevantes disponíveis ao fazer a avaliação do modelo de negócios. No entanto, essa avaliação não é realizada com base em cenários que o Banco razoavelmente não espera que ocorram, como os chamados cenários de `pior caso´ ou `caso de stress´. O Banco leva em consideração todas as evidências relevantes disponíveis, como:

- Como o desempenho do modelo de negócios e os activos financeiros mantidos nesse modelo de negócios são avaliados e relatados ao pessoal-chave da administração da entidade;
- os riscos que afectam o desempenho do modelo de negócios (e os activos financeiros mantidos nesse modelo de negócios) e, em particular, a maneira pela qual esses riscos são geridos; e
- como os gestores da empresa são remunerados (por exemplo, se a remuneração é baseada no justo valor dos activos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais recebidos).

No reconhecimento inicial de um activo financeiro, o Banco determina se os activos financeiros recentemente reconhecidos fazem parte de um modelo de negócios existente ou se refletem o início de um novo modelo de negócio. O Banco reavalia seus modelos de negócios a cada período do relatório para determinar se os modelos de negócios foram alterados desde o período anterior.

Para o período actual e anterior do relatório, o Banco não identificou uma mudança em seus modelos de negócios.

Quando um instrumento de dívida mensurado no FVTOCI é desreconhecido, o ganho/perda acumulado anteriormente reconhecido no OCI é reclassificado do capital próprio para o resultado. Por outro lado, para um investimento em acções designado como mensurado no FVTOCI, o ganho/ perda acumulado anteriormente reconhecido no OCI não é subsequentemente reclassificado para o resultado, mas dentro do capital próprio.

Instrumentos financeiros que são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado ou pelo FVTOCI estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Activo Financeiro ao justo valor através do resultado (FVTPL)
Os activos financeiros do FVTPL são:

- activos com fluxos de caixa contratuais que não são SPPI; e ou
- activos mantidos em um modelo de negócios que não sejam mantidos para receber fluxos de caixa contratuais ou mantidos para obter e vender os fluxos de caixa contratuais; ou
- activos designados ao FVTPL usando a opção do justo valor.

Esses activos são mensurados pelo justo valor, com quaisquer ganhos/ perdas decorrentes de reavaliação reconhecidos no resultado.

Reclassificação entre categorias de activos financeiros
Se o modelo de negócios sob o qual o Banco detém activos financeiros altera, os activos financeiros afectados são reclassificados. Os requisitos de classificação e mensuração relacionados à nova categoria se aplicam prospectivamente a partir do primeiro dia do primeiro período de relato após a mudança no modelo de negócios que resulta na reclassificação dos activos financeiros do Banco. Durante o exercício financeiro actual e o período contabilístico anterior, não houve alteração no modelo de negócios sob o qual o Banco detém activos financeiros e, portanto, não houve reclassificações. As mudanças nos fluxos de caixa contratuais são consideradas na política contabilística de modificação e desreconhecimento de activos financeiros descrita abaixo.

Ganhos e perdas cambiais
O valor contabilístico dos activos financeiros denominados em moeda estrangeira é determinado nessa moeda estrangeira e convertido pela taxa spot no final de cada período do relato. Relativamente ao tratamento contabilístico, o mesmo deve cumpir com o descrito na nota 1.3a.

Imparidade de activos financeiros
O modelo de imparidade do Banco toma em consideração as perdas de crédito esperados (ECL) nos seguintes instrumentos financeiros que não são mensurados no justo valor através de resultados (FVTPL):

- empréstimos e adiantamentos a bancos;
- empréstimos e adiantamentos a clientes;
- títulos de investimentos em dívida;
- compromissos de empréstimos emitidos; e
- contratos de garantia financeira emitidos.

Com excepção dos activos financeiros adquiridos ou originados com imparidade de crédito (POCI) (que são considerados separadamente abaixo), as ECLs devem ser mensuradas por meio de uma provisão para perdas no valor igual a:

- ECL de 12 meses, que resulta desses eventos padrão no instrumento financeiro que são possíveis dentro de 12 meses após a data do relato (referido como Estágio 1); ou
- ECL ao longo da vida esperada (*Lifetime*), ou seja, ECL ao longo da vida esperada resultante de todos os possíveis eventos padrão durante a vida útil do instrumento financeiro (referidos como Estágio 2 e Estágio 3).

É necessária uma provisão para perdas para toda vida esperada (*Lifetime*) da ECL para um instrumento financeiro se o risco de crédito nesse instrumento financeiro tiver aumentado significativamente (SICR) desde o reconhecimento inicial. Para todos os outros instrumentos financeiros, as ECLs são mensuradas em um valor igual à ECL de 12 meses.

As ECLs são uma estimativa ponderada pela probabilidade do valor presente das perdas de crédito. São mensurados como o valor presente da diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Banco sob o contrato e os fluxos de caixa que o Banco espera receber decorrentes da ponderação de vários cenários económicos futuros, descontados a taxa de juro efectiva original do activo (EIR).

O Banco reconhece que o tratamento das Perdas por imparidades (ECLs) relacionadas com a dívida pública de Moçambique deve reflectir os diferentes perfis de risco dos Bilhetes do Tesouro e das Obrigações do Tesouro. Apesar das pressões fiscais que o país enfrenta e do recente *dowgrade* da classificação pela S&P, que evidenciam os elevados riscos no mercado de dívida, a natureza dos instrumentos financeiros – com os Bilhetes do Tesouro a serem considerados instrumentos de curto prazo e alta liquidez, em contraste com as Obrigações do Tesouro, que são de longo prazo e mais vulneráveis – justifica a necessidade de um tratamento diferenciado.

Neste momento, a carteira de activos financeiros do Banco é composta exclusivamente por Obrigações do Tesouro (OTs) e Bilhetes do Tesouro (BTs) emitidos pelo Estado moçambicano. Na ausência de eventos que indiquem um aumento significativo do risco de crédito, estes activos estão classificados como *stage* 1. Assim, o cálculo de imparidade e perdas esperadas sobre estes activos financeiros é realizado com base num horizonte temporal de 12 meses, em conformidade com o estipulado pela IFRS 9.

Para as ECLs das Obrigações do Tesouro é atribuída uma LGD de 45%, para reflectir os maiores riscos de liquidez e os desafios que o governo enfrenta na gestão das pressões orçamentais.

Relativamente à Probabilidade de Incumprimento (PD) para outros instrumentos financeiros, o Banco recorre à informação disponibilizada pela S&P sobre a classificação atribuída à República de Moçambique.
Para compromisso de empréstimos não utilizados, a ECL é a diferença entre o valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos ao Banco se o detentor do compromisso utilizar o empréstimo e os fluxos de caixa que o Banco espera receber se o empréstimo foi utilizado.

Para contratos de garantia financeira, a ECL é a diferença entre os pagamentos esperados para reembolsar o detentor do instrumento da dívida garantida menos os valores que o banco espera receber do detentor, do devedor ou de qualquer outra parte.

O Banco mensura a ECL de forma individual ou colectiva para carteiras de empréstimos que compartilham características de risco económico semelhantes. A mensuração da provisão para perdas é baseada no valor presente dos fluxos de caixa esperados do activo usando o EIR original do activo, independentemente de ser mensurado individualmente ou colectivamente.

Incorporação de informações prospectivas (*Forward looking*)
O Banco utiliza informações prospectivas, que estão amplamente disponíveis, na sua avaliação do aumento significativo do risco de crédito, bem como na mensuração da ECL. O Banco emprega especialistas que usam informações externas e internas para gerar um cenário de "caso base" de previsão futura de variáveis económicas relevantes, juntamente com uma variedade representativa de outros possíveis cenários de previsão. As informações externas utilizadas incluem dados económicos e previsões publicadas por órgãos governamentais e autoridades monetárias.

O Banco aplica probabilidades aos cenários de previsão identificados, considerando um cenário base como o resultado mais provável e que consiste em informações usadas pelo Banco para planeamento estratégico e orçamento. O Banco identifica e documenta os principais factores de risco de crédito e perdas de crédito para cada carteira de instrumentos financeiros e, usando uma análise estatística de dados históricos, estimara as relações entre variáveis macroeconómicas e risco de crédito e perdas de crédito. O Banco não efectua alterações nas técnicas de estimativa ou pressupostos significativos usados durante o período de relato.

Activos financeiros com imparidade
Um activo financeiro com perdas por imparidade decorre de um ou mais eventos que a ocorrerem têm um impacto negativo nos fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro. Activos financeiros com redução de valor decorrentes do aumento significativo do risco de crédito são referidos como activos do Estágio 3. As evidências de redução ao valor recuperável incluem dados observáveis sobre os seguintes eventos:

- Dificuldade financeira significativa do mutuário ou emissor;
- Uma quebra de contrato, como um evento padrão ou vencido;
- Ocredor do devedor, por razões económicas ou contratuais relacionadas à dificuldade financeira do devedor, tendo concedido ao devedor uma concessão que o credor não consideraria;
- O desaparecimento de um mercado activo para um título devido à dificuldades financeiras; ou
- A compra de um activo financeiro com um desconto substancial que reflete as perdas de crédito incorridas.

Pode não ser possível identificar um único evento. Em vez disso, o efeito combinado de vários eventos pode ter causado a perda de crédito de activos financeiros. O Banco avalia se os instrumentos de dívida que são activos financeiros mensurados ao custo amortizado ou FVTOCI apresentam redução ao valor recuperável em cada data de relato. Para avaliar se os instrumentos de dívida soberana e corporativa estão com imparidade de crédito, o Banco considera factores como rendimentos de títulos, classificações de crédito e a capacidade de mutuário de captar recursos.

Um empréstimo é considerado com imparidade quando uma concessão é concedida ao mutuário devido a uma deterioração da condição financeira do mutuário, a menos que haja evidência de que, como resultado da concessão, o risco de não receber os fluxos de caixa contratuais tenha reduzido significativamente e não há outros indicadores de imparidade. Para activos financeiros em que as concessões são contempladas, mas não concedidas, o activo é considerado com redução no valor recuperável quando houver evidência observável de redução no valor recuperável, incluindo o incumprimento A definição da incumprimento (veja abaixo) inclui a probabilidade de pagamento e de recebimento se os valores estiverem vencidos há 90 dias ou mais.

Activos financeiros adquiridos ou originados com imparidade de crédito (POCI)
Os activos financeiros da POCI são tratados de maneira diferente porque o activo é afectado por perdas por imparidade no reconhecimento inicial. Para esses activos, o Banco reconhece todas as alterações no ECL ao longo da vida esperada desde o reconhecimento inicial como uma provisão para perdas com quaisquer alterações reconhecidas no resultado. Uma mudança favorável para esses activos cria um ganho por redução da imparidade.

Definição de incumprimento
A definição de incumprimento é usada na mensuração da quantia de Perdas de crédito esperadas (ECL) e na determinação se a provisão para perdas é baseada em ECL de 12 meses ou vida útil (*Lifetime*), pois a probabilidade de incumprimento (PD) afecta tanto a mensuração ECL e a identificação de um aumento significativo do risco de crédito.

O Banco considera os seguintes eventos como evidências de incumprimento:

i. A divida está vencida há mais de 90 dias em qualquer obrigação de crédito relevante para o Banco; ou
ii. É improvável que o mutuário pague integralmente suas obrigações de crédito ao Banco.

A definição de incumprimento é apropriadamente adaptada para reflectir características de diferentes tipos de activos. Os descobertos são considerados como vencidos uma vez que o cliente tenha ultrapassado o limite estabelecido ou tenha sido informado de um limite menor do que o valor actual em aberto.

Ao avaliar se é improvável que o mutuário pague sua obrigação de crédito, o Banco leva em conta os indicadores qualitativos e quantitativos. As informações avaliadas dependem do tipo de activo, por exemplo, em empréstimos corporativos, um indicador qualitativo usado é a quebra de cláusulas contratuais, o que não é relevante para empréstimos de retalho. Indicadores quantitativos, como status de atraso e não pagamento de outra obrigação da mesma contraparte, são fundamentais nessa análise. O banco utiliza uma variedade de fontes de informação para avaliar o incumprimento, que são desenvolvidas internamente ou obtidas de fontes externas.

Aumento significativo no risco de crédito
O Banco monitora todos os activos financeiros, compromissos de empréstimos emitidos e contratos de garantia financeira que estão sujeitos aos requisitos de imparidade para avaliar se houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Se tiver havido um aumento significativo no risco de crédito, o Banco irá mensurar a provisão para perdas (ECL) com base na duração da vida útil (*lifetime*) ao invés da ECL de 12 meses. A política contabilística do Banco não é usar o expediente prático de considerar que os activos financeiros com risco de crédito "baixo" na data de relato financeiro não tiveram um aumento significativo no risco de crédito. Como resultado, o Banco monitora todos os activos financeiros, compromissos de empréstimos emitidos e contratos de garantia financeira que estão sujeitos à redução do valor recuperável para um aumento significativo no risco de crédito.

Ao avaliar se o risco de crédito de um instrumento financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial, o Banco compara o risco de ocorrência de um incumprimento no instrumento financeiro na data do balanço com base no vencimento remanescente do instrumento, com o risco de ocorrer um incumprimento. Ao fazer essa avaliação, o Banco considera informações quantitativas e qualitativas que sejam razoáveis e sustentáveis, incluindo a experiência histórica e as informações prospectivas que estão disponíveis sem custo ou esforço excessivo, com base na experiência histórica do Banco e na avaliação de crédito especializada, incluindo estimativas futuras em formação.

Múltiplos cenários económicos formam a base para determinar a probabilidade de incumprimento (PD) no reconhecimento inicial e nas datas subsequentes. Cenários económicos diferentes levarão a uma probabilidade diferente de incumprimento. É a ponderação desses diferentes cenários que formam a base de uma probabilidade média ponderada de incumprimento que é usada para determinar se o risco de crédito aumentou significativamente.

Para empréstimos corporativos, as informações prospectivas incluem as perspectivas futuras das indústrias nas quais as contrapartes do Banco operam, obtidas de relatórios económicos de especialistas, analistas financeiros, órgãos governamentais, grupos de reflexão relevantes e outras organizações similares, bem como a consideração de vários departamentos internos e fontes externas de informações económicas reais e previstas. Para o retalho, as informações prospectivas de empréstimos incluem as mesmas previsões económicas que os empréstimos corporativos com previsões adicionais de indicadores económicos locais, particularmente para regiões com concentração em determinadas indústrias, bem como informações geradas internamente sobre o comportamento de pagamento de clientes. O Banco atribui às suas contrapartes um nível de risco de crédito interno relevante, dependendo da sua qualidade de crédito. A informação quantitativa é um indicador primário de aumento significativo no risco de crédito e é baseada na mudança na PD ao longo da vida comparando:

- A PD remanescente da vida (*lifetime*) do instrumento na data do balanço; com
- A PD do tempo de vida restante do instrumento para este momento que foi estimado com base em factos e circunstâncias no momento do reconhecimento inicial da exposição.

As PDs incluem informação prospectiva e o Banco utiliza as mesmas metodologias e dados utilizados para mensurar a provisão para perdas na ECL.

Os factores qualitativos que indicam aumento significativo no risco de crédito são reflectidos nos modelos de PD em tempo útil. No entanto, o Banco ainda considera separadamente alguns fatores qualitativos para avaliar se o risco de crédito aumentou significativamente. Para empréstimos corporativos, há um enfoque particular em activos incluídos em uma lista de observação " *watchlist* ". Para empréstimos de consumo, o Banco considera a expectativa de tolerância, pontuação de crédito e eventos como desemprego, falência, divórcio ou morte.

Dado que um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial é uma medida relativa, uma dada mudança na PD será mais significativa para um instrumento financeiro com uma PD inicial mais baixo do que comparado a um instrumento financeiro com uma PD mais alta.

Há uma paragem quando um activo fica 30 dias em mora, nesses casos o Banco considera que ocorreu um aumento significativo no risco de crédito e o activo está no estágio 2 do modelo de imparidade, ou seja, a provisão para perdas é medida como ECL vitalícia (*lifetime*).

Modificação e desreconhecimento de activos financeiros
Uma modificação de um activo financeiro ocorre quando os termos contratuais que regem os fluxos de caixa de um activo financeiro são renegociados ou modificados de alguma outra forma entre o reconhecimento inicial e o vencimento do activo financeiro. Uma modificação afecta a quantia e/ou a época dos fluxos de caixa contratuais, imediatamente ou numa data futura. Além disso, a introdução ou ajuste de cláusulas restrictivas de um empréstimo existente constituiria uma reestruturação, mesmo que essas cláusulas novas ou ajustadas ainda não afectem os fluxos de caixa imediatamente, mas possam afectar os fluxos de caixa dependendo se o acordo é, ou não, cumprido (por exemplo, uma mudança de aumento da taxa de juros surge quando os convenants são violados).

O Banco renegocia empréstimos a clientes com dificuldades financeiras para maximizar a cobrança e minimizar o risco de incumprimento. A tolerância a empréstimos é concedida nos casos em que, embora o mutuário tenha feito todos os esforços razoáveis para pagar sob os termos contratuais originais, existe um alto risco de incumprimento e espera-se que o mutuário atenda aos termos contratuais revistos. Os termos revistos na maioria dos casos incluem uma extensão do vencimento do empréstimo, mudanças no timing dos fluxos de caixa do empréstimo (principal e amortização de juros), redução no montante dos fluxos de caixa devidos (principal e juros vencidos) e adendas às cláusulas contratuais. O Banco tem uma política de tolerância estabelecida que se aplica a empréstimos corporativos e de retalho.

Quando um activo financeiro é reestruturado, o Banco avalia se essa modificação resulta em desreconhecimento. De acordo com a política do Banco, uma modificação resulta no desreconhecimento quando dá origem a termos substancialmente diferentes. Para determinar se os termos reestruturados são substancialmente diferentes dos termos contratuais originais, o Banco considera o seguinte:

- Os factores qualitativos, como fluxos de caixa contratuais após a reestruturação, não são mais capital e juros, alteração na moeda ou mudança na contraparte, a extensão das alterações nas taxas de juros, vencimento e cláusulas restrictivas. Se estes não indicarem claramente uma reestruturação substancial, então:
- Uma avaliação quantitativa é realizada para comparar o valor presente dos fluxos de caixa contratuais remanescentes sob os termos originais com os fluxos de caixa contratuais sob os termos revistos, ambos os montantes descontados à taxa efectiva original. Se a diferença no valor presente for maior que 10%, o Banco considera que a reestruturação é substancialmente diferente, levando ao desreconhecimento.

No caso em que o activo financeiro é desreconhecido, a provisão para perdas por imparidade (ECL) é remensurada à data de desreconhecimento para determinar a quantia líquida escriturada do activo nessa data. A diferença entre este valor contabilístico revisto e o justo valor do novo activo financeiro com os novos termos levará a um ganho ou perda no desreconhecimento. O novo activo financeiro terá uma provisão para perdas, mensurada com base na ECL de 12 meses, excepto nas raras ocasiões em que o novo empréstimo for considerado como originado com redução no valor recuperável de crédito. Isso se aplica somente no caso em que o justo valor do novo empréstimo é reconhecido com um desconto significativo em relação ao seu valor nominal revisto, pois permanece um alto risco de incumprimento que não foi reduzido pela reestruturação. O Banco monitora o risco de crédito dos activos financeiros modificados ao avaliar informações qualitativas e quantitativas, como, por exemplo, se o tomador está em situação de atraso nos novos termos.

Quando os termos contratuais de um activo financeiro são modificados e esta não resulta em desreconhecimento, o Banco determina se o risco de crédito do activo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial comparando:

- A PD (Probabilidade de incumprimento) remanescente ao longo da vida estimada (*lifetime*) com base nos dados no reconhecimento inicial e nos termos contratuais originais;
- Com a PD remanescente na data de relato e com base nos termos reestruturados.

Para activos financeiros reestruturados como parte da política de tolerância do Banco, onde a reestruturação não resultou em desreconhecimento, a estimativa de PD reflecte a capacidade do Banco de obter os fluxos de caixa reestruturados levando em conta a experiência anterior do Banco, bem como vários indicadores comportamentais, incluindo o desempenho do pagamento do mutuário em relação aos termos contratuais reestruturados. Se o risco de crédito permanecer significativamente mais alto do que o esperado no reconhecimento inicial, a provisão para perdas continuará a ser medida em um montante igual à ECL vitalícia (*lifetime*). A provisão para perdas com empréstimos diferidos geralmente só será mensurada com base na ECL de 12 meses, quando houver evidência de melhora do comportamento de reembolso após a reestruturação, levando a uma reversão do aumento significativo anterior no risco de crédito.

Quando uma reestruturação não leva ao desreconhecimento, o Banco calcula o ganho / perda de reestruturação comparando o valor contabilístico bruto antes e depois da reestruturação (excluindo a provisão ECL). Em seguida, o Banco mede a ECL para o activo reestruturado, onde os fluxos de caixa esperados provenientes do activo financeiro reestruturado são incluídos no cálculo das deficiências de caixa esperadas do activo original.

O Banco desreconhece um activo financeiro somente quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do activo expiram (incluindo a expiração resultante de uma reestruturação com termos substancialmente diferentes), ou quando o activo financeiro e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do activo são transferidos para outra entidade. Se o Banco não transferir nem retiver substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade e continuar a controlar o activo transferido, o Banco reconhece sua participação retida no activo e um passivo associado para os valores que poderá ter de pagar. Se o Banco retiver substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade de um activo financeiro transferido, o Banco continua a reconhecer o activo financeiro e também reconhece um empréstimo garantido pelos recursos recebidos.

No momento do *writte off* de um activo financeiro na sua totalidade, a diferença entre o valor contabilístico do activo e a soma da contrapartida recebida e a receber e o ganho/perda acumulado que tinha sido reconhecido no rendimento integral e acumulado nos capitais próprios é reconhecido em resultados, com a exceção do investimento de capital designado conforme mensurando ao justo valor através do rendimento integral, onde o ganho/perda acumulada anteriormente reconhecida no rendimento integral não é subsequentemente reclassificado no resultado.

No desreconhecimento de um activo financeiro que não seja integral (por exemplo, quando o Banco retém a opção de recomprar parte de um activo transferido), o Banco aloca a quantia escriturada anterior do activo financeiro entre a parte que continua a reconhecer sob envolvimento contínuo, e a parte que ele não reconhece mais com base nos justos valores relativos dessas partes na data da transferência. A diferença entre o valor contabilístico alocado para a parte que não é mais reconhecida e a soma da contraprestação recebida pela parte não é mais reconhecida e qualquer ganho / perda acumulado alocado a ela que foi reconhecido em Outro Rendimento Integral é reconhecido no resultado. Um ganho / perda acumulado que foi reconhecido em OCI é alocado entre a parte que continua a ser reconhecida e a parte que não é mais reconhecida com base nos justos valores relativos dessas partes. Isso não se aplica a investimentos em ações designados como mensurados no FVTOCI, pois o ganho / perda acumulado anteriormente reconhecido no OCI não é subsequentemente reclassificado para o resultado.

Abates
Os empréstimos e títulos de dívida são saneados quando o Banco não tem expectativas razoáveis de recuperar o activo financeiro (na sua totalidade ou em parte dele). É o caso quando o Banco determina que o mutuário não possui activos ou fontes de receita que possam gerar fluxos de caixa suficientes para pagar os valores sujeitos a saneamento. Um saneamento constitui um evento de desreconhecimento. O Banco pode aplicar actividades de execução a activos financeiros saneados. As recuperações resultantes das actividades de execução do Banco serão reconhecidos em outros proveitos.

Apresentação da provisão para ECL na demonstração da posição financeira
As provisões para perdas de crédito esperadas (ECL) são apresentadas na demonstração da posição financeira da seguinte forma:

- Para activos financeiros mensurados ao custo amortizado: como dedução do valor contabilístico bruto dos activos;
- Para instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral: nenhuma provisão para perdas é reconhecida na demonstração da posição financeira, pois o valor contabilístico está ao justo valor. No entanto, a provisão para perdas é incluída como parte do valor da reavaliação na reserva de reavaliação de investimentos;
- Para compromissos de empréstimos e contratos de garantia financeira: como provisão; e
- Quando um instrumento financeiro inclui uma componente utilizada e uma componente não utilizada, tal como o limite de um descoberto bancário, e o Banco não pode identificar a ECL na componente de compromisso de empréstimo separadamente daqueles na componente utilizada: o Banco apresenta uma provisão para perdas combinada para ambas componentes. O valor combinado é apresentado como uma dedução do valor contabilístico bruto da componente utilizada. Qualquer excesso da provisão para perdas sobre o valor bruto da componente utilizada é apresentado como uma provisão.

ii) Passivos financeiros e instrumentos de capital
Os instrumentos de dívida e de capital próprio emitido são classificados como passivos financeiros ou como capital próprio de acordo com a substância do acordo contratual.

Um passivo financeiro é uma obrigação contratual de entregar caixa ou outro activo financeiro ou de trocar activos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade em condições que sejam potencialmente desfavoráveis para o Banco ou um contrato que será ou possa ser liquidado com instrumentos de capital próprio do Banco e é um contrato não derivado pelo qual o Banco é ou pode ser obrigado a entregar um número variável de instrumentos de capital próprio, ou um contrato derivado sobre os capitais próprios líquidos que pode ser liquidado pela troca de uma quantia fixa em dinheiro. (ou outro activo financeiro) por um número fixo de instrumentos de capital próprio do Banco.

Instrumentos de capital próprio
Um instrumento de capital próprio é qualquer contrato que evidencia uma participação residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos. Os instrumentos de capital próprio emitidos pelo Banco são reconhecidos pelos recursos recebidos, líquidos dos custos directos de emissão.
A recompra dos próprios instrumentos de capital do Banco é reconhecida e deduzida directamente no capital próprio. Nenhum ganho/perda é reconhecido no resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos próprios instrumentos de capital próprio do Banco.

Passivos financeiros
Os passivos financeiros são classificados como passivos financeiros "ao justo valor através de resultados" ou "outros passivos financeiros".

Passivos financeiros ao justo valor através de resultados
Os passivos financeiros são classificados como ao justo valor através de resultados quando são (i) detidos para negociação, ou (ii) designados como ao justo valor através de resultados.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- Foi incorrido principalmente para recomprá-lo no curto prazo; ou
- No reconhecimento inicial, faz parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que o Banco administra em conjunto e tem um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou
- É um derivado que não é designado e efectivo como instrumento de cobertura.

Um passivo financeiro não mantido para negociação ou contraprestação contingente que pode ser pago por um adquirente como parte de uma combinação de negócios pode ser designado como justo valor através de resultados no reconhecimento inicial se:

- Tal designação elimina ou reduz significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que de outra forma surgiria; ou
- O passivo financeiro faz parte de um grupo de activos financeiros ou passivos financeiros ou ambos, que é gerenciado e seu desempenho é avaliado com base no justo valor, de acordo com a gestão de risco documentada do Grupo ou estratégia de investimento, e informações sobre o agrupamento são fornecidas internamente nessa base; ou
- Faz parte de um contrato contendo um ou mais derivados embutidos, e a IFRS 9 permite que todo o contrato híbrido (combinado) seja designado como justo valor através de resultados.

Os passivos financeiros ao valor justo por via de resultado são demonstrados ao valor justo, com quaisquer ganhos/perdas resultantes de nova mensuração reconhecidos no resultado, na medida em que não fazem parte de uma relação de cobertura designada. O ganho / perda líquida reconhecido no resultado inclui os juros pagos sobre o passivo financeiro e é incluído na conta do resultado líquido de outros instrumentos financeiros do valor justo por meio do resultado na conta de lucros ou perdas.

No entanto, para passivos financeiros não derivados designados como justo valor através de resultados, o valor da mudança no justo valor do passivo financeiro atribuível a mudanças no risco de crédito desse passivo é reconhecido no outro rendimento integral, a menos que o reconhecimento dos efeitos de mudança no risco de crédito do passivo em outro rendimento integral criaria ou aumentaria uma falta de balanceamento contabilístico no resultado. O valor restante da mudança no justo valor do passivo é reconhecido no resultado. Alterações no justo valor atribuível ao risco de crédito de um passivo financeiro que são reconhecidas no outro rendimento integral não são subsequentemente reclassificadas para o resultado; em vez disso, são transferidos para lucros acumulados mediante o desreconhecimento do passivo financeiro.

Para compromissos de empréstimos emitidos e contratos de garantia financeira designados no FVTPL, todos os ganhos e perdas são reconhecidos no resultado.

Ao determinar se o reconhecimento de mudanças no risco de crédito do passivo em OCI criará ou aumentará uma falta de balanceamento contabilístico no resultado, o Banco avalia se espera que os efeitos das mudanças no risco de crédito do passivo sejam compensados no resultado por uma mudança no justo valor de outro instrumento financeiro mensurado ao justo valor por via de resultado. Essa determinação é feita no reconhecimento inicial.

Outros passivos financeiros
Outros passivos financeiros, incluindo depósitos e empréstimos, são inicialmente mensurados pelo justo valor, líquidos dos custos da transacção. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método do juro efectivo.

O método de juro efectivo é um método de calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e de alocar a despesa de juros pelo período relevante. A TJE é a taxa que desconta exactamente os pagamentos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do passivo financeiro, ou, quando apropriado, por um período mais curto, para o valor contabilístico líquido no reconhecimento inicial. Para detalhes sobre TJE, consulte a secção "receita líquida de juros" acima.

Desreconhecimento de passivos financeiros
O Banco desreconhece os passivos financeiros quando, e somente quando, as obrigações do Banco são liquidadas, canceladas ou vencidas. A diferença entre o valor contabilístico do passivo financeiro desreconhecido e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

Quando o Banco troca com o credor existente um instrumento de dívida por outro com termos substancialmente diferentes, essa troca é contabilizada como uma extinção do passivo financeiro original e o reconhecimento de um novo passivo financeiro.

Da mesma forma, o Banco contabiliza a modificação substancial dos termos de um passivo existente ou parte dele como extinção do passivo financeiro original e o reconhecimento de um novo passivo. Presume-se que os termos sejam substancialmente diferentes se o valor presente descontado dos fluxos de caixa sob os novos termos, incluindo quaisquer taxas pagas líquidas de quaisquer taxas recebidas e descontadas usando a taxa efectiva original for pelo menos 10% diferente do presente descontado valor dos fluxos de caixa restantes do passivo financeiro original.

d) Compensação de instrumentos financeiros
Os activos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido relatado na demonstração da posição financeira se, e somente se, houver um direito legal de compensar os valores reconhecidos e existir uma intenção de liquidar em uma base líquida ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

e) Contratos de garantia financeira
Um contrato de garantia financeira é um contrato que exige que o emissor efectue pagamentos especificados para reembolsar o titular por uma perda incorrida, porque um devedor especificado não efetua pagamentos quando devidos de acordo com os termos de um instrumento de dívida.

Os contratos de garantia financeira emitidos por uma entidade do Banco são mensurados inicialmente pelos seus justos valores e, se não forem designados pelo justo valor através de resultados e não decorrentes da transferência de um activo financeiro, são subsequentemente mensurados pelo maior valor entre:

- O valor da provisão para perdas determinado de acordo com a IFRS 9; e
- O valor inicial reconhecido menos, quando apropriado, o valor acumulado da receita reconhecido de acordo com as políticas de reconhecimento do rédito do Banco.

Os contratos de garantia financeira não designados ao justo valor através de resultados são apresentados como provisões na demonstração da posição financeira e a remensuração é apresentada em outros rendimentos.

O Banco não designou nenhum contrato de garantia financeira como ao justo valor através de resultados.

f) Compromissos em conceder um empréstimo a uma taxa de juros abaixo do mercado
Os compromissos para conceder um empréstimo a uma taxa de juros abaixo do mercado são mensurados inicialmente pelos seus justos valores e, se não designados com justo valor através de resultados, são subsequentemente mensurados pelo maior valor entre :

- O valor da provisão para perdas determinado de acordo com a IFRS 9; e
- O valor inicial reconhecido menos, quando apropriado, o valor acumulado do rendimento reconhecido de acordo com as políticas de reconhecimento do rédito do Banco.

Os compromissos de concessão de um empréstimo abaixo da taxa de Mercado não designada no justo valor através de resultados são apresentados como provisões na demonstração da posição financeira e a remensuração é apresentada em outros rendimentos.

O Banco não designou nenhum compromisso de conceder um empréstimo abaixo da taxa do Mercado designada no justo valor através de resultados.

g) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa, conforme apresentados na demonstração de fluxos de caixa, englobam os valores em caixa, contas correntes com o Banco Central e com outras instituições de crédito e investimentos altamente líquidos, com maturidades até três meses, mensurados ao custo amortizado.

h) Activos tangíveis
Os activos tangíveis são mensurados pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, e perdas por imparidade. Os custos de reparação de parte de um activo tangível são reconhecidos como activo se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Banco e possam ser mensurados com fiabilidade.

As despesas de manutenção e reparação e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidas nos resultados do período em que foram incorridas.

As depreciações são calculadas utilizando o método das quotas constantes, com base na vida útil estimada dos bens, assim como do seu valor residual. Os valores residuais dos activos, assim como as vidas úteis dos activos e os critérios de amortização são ajustados, se necessário, à data de encerramento da posição financeira. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

	Anos
Obras em edifícios arrendados	3
Equipamentos	[4 -10]
Viaturas	4

O desreconhecimento de um activo tangível é efectuado quando o mesmo é alienado, ou quando não se esperam benefícios económicos da sua utilização ou alienação. O ganho ou perda decorrente da anulação do reconhecimento é incluído em outros ganhos operacionais ou outros gastos operacionais na demonstração de resultados no período em que o activo é desreconhecido.

i) Activos intangíveis
Os activos intangíveis incluem os valores de *software* (licenças). O *software* adquirido pelo Banco é registado ao custo menos a amortização acumulada e menos eventuais perdas por imparidade.

As despesas com *software* desenvolvido internamente são reconhecidas como activo quando o Banco consegue demonstrar que a sua capacidade e intenção de gerar benefícios económicos futuros, e pode fiavelmente mensurar os custos para completar o desenvolvimento. A capitalização dos custos de *software* desenvolvido internamente inclui todos os custos directamente imputáveis ao desenvolvimento do *software*, e são amortizados durante a sua vida útil. O *software* desenvolvido internamente é mensurado pelo custo capitalizado menos amortizações acumuladas e menos perdas por imparidade.

A amortização é reconhecida na demonstração de resultados segundo o método de quotas constantes ao longo da vida útil estimada do *software*, a partir da data em que o mesmo esteja disponível para uso. A vida útil estimada do *software* é de 3 anos.

j) Imparidade de activos não financeiros
O Banco avalia em cada data de relato ou com maior frequência se ocorreram eventos que alterem o valor contabilístico de um activo, se existe indicação de imparidade por parte de um activo não-financeiro. Se tais indicações existem, ou quando o teste anual da imparidade para um activo é exigido, o Banco estima o valor recuperável do activo. Se a quantia escriturada de um activo (ou unidade geradora de caixa) exceder a sua quantia recuperável, o activo encontra-se em imparidade e é registado em balanço pelo valor recuperável. O valor recuperável de um activo é o maior entre o justo valor de um activo ou uma unidade geradora de caixa menos os custos de alienação e seu valor em uso. O valor recuperável é determinado para um activo individual, a menos que o activo não gere entradas de caixa amplamente independentes das de outros activos ou grupos de activos.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações actuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos do activo. Na determinação do justo valor menos custos de alienação, transações recentes de mercado são levadas em consideração. Se nenhuma dessas alterações puder ser identificada, um modelo de avaliação apropriado será usado. Esses cálculos são corroborados por múltiplos de avaliação, preços de acções cotadas para empresas de capital aberto ou outros indicadores de justo valor disponíveis.

É feita uma avaliação em cada data de relato para determinar se há alguma indicação de que as perdas por imparidades ao valor recuperável reconhecidas anteriormente não possam mais existir ou possam ter diminuído. Se essa indicação existir, o valor recuperável é estimado. A perda por imparidade ao valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida somente se houver uma alteração nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável do activo desde que a última perda por imparidade ao valor recuperável foi reconhecida. Se for esse o caso, o valor contabilístico do activo é aumentado para o seu valor recuperável.

A reversão da imparidade é limitada de forma que o valor contabilístico do activo não exceda seu valor recuperável, nem exceda o valor contabilístico que teria sido apurado, líquido de depreciação, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o activo em anos anteriores.

k) Impostos sobre rendimento
i) Impostos correntes
Os impostos correntes, activos ou passivos, são estimados com base no valor esperado a pagar ou a recuperar às autoridades fiscais. A taxa legal de imposto usada para calcular o montante é a que se encontra em vigor à data da posição financeira.
O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos na matéria colectável resultante de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

ii) Imposto diferido
Os activos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos fiscais não utilizados e prejuízos fiscais (Nota 8), na medida em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível contra as diferenças temporárias dedutíveis, e o reporte de créditos fiscais não utilizados e prejuízos fiscais não utilizados possam ser utilizados, excepto:

- Quando o activo por imposto diferido resulta do reconhecimento inicial do *goodwill* ou de um activo ou passivo numa transacção que não seja uma concentração de actividades empresariais e, no momento da transacção, não afecta nem o lucro contabilístico nem lucro tributável ou perda, e
- No que diz respeito a diferenças temporárias dedutíveis associadas aos investimentos em filiais e associadas, são reconhecidos activos por impostos diferidos quando a empresa-mãe, investidor ou empreendedor, seja capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária, e que seja provável que a diferença temporária não se reverterá no futuro previsível.

A quantia escriturada do activo por impostos diferidos é revista à data de encerramento de cada exercício e reduzida na medida em que já não é provável que os lucros tributáveis suficientes estarão disponíveis para permitir que todo, ou parte do imposto diferido activo possa ser utilizado. Os activos por impostos diferidos não reconhecidos são reavaliados à data de cada balanço e são reconhecidos na medida em que se torne provável que lucros tributáveis futuros permitirão que o activo por imposto diferido possa ser recuperável.

Os activos e passivos por impostos diferidos são mensurados pelas taxas fiscais que se espera que sejam aplicáveis no período quando seja realizado o activo ou seja liquidado o passivo, com base nas taxas fiscais (e leis fiscais) que tenham sido decretadas ou substancialmente decretadas à data de balanço.

Os impostos correntes e diferidos relativos a itens reconhecidos directamente em capital próprio são reconhecidos em capital próprio e não na demonstração dos resultados.

Os activos ou passivos por impostos diferidos são compensados caso exista um direito com força legal para compensar os activos correntes por impostos correntes relacionados com a mesma autoridade fiscal.

l) Provisões
Uma provisão é reconhecida se, como resultado de um evento passado, o Banco possuir uma obrigação legal ou construtiva atual que possa ser estimada com confiabilidade e for provável que uma saída de fluxos de caixa seja necessária para liquidar a obrigação. Caso aplicável, as provisões são determinadas mediante o desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes dos impostos que reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e, quando apropriado, dos riscos específicos do passivo.

m) Locações
O Banco avalia no início do contrato se um contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmitir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

O Banco aplica uma abordagem única de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. O Banco reconhece passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. O Banco utiliza a taxa de juro MIMO nas locações.

Direito de uso
O Banco reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, a data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados pelo custo, deduzido de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamento feitos na data de início ou antes, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente pelo prazo do arrendamento.

Passivos de locação
Na data de início do arrendamento, o Banco reconhece passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem feitos durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos de arrendamento incluem pagamentos fixos (menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber), pagamentos de arrendamento variáveis que dependem de um índice ou taxa e valores que se espera serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento também incluem o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pelo Banco e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o exercício da opção de rescisão. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de índice ou taxa são reconhecidos como despesa no período em que ocorre o evento ou condição que desencadeia o pagamento.

n) Acordos de recompra / revenda
O Banco realiza compras/vendas de títulos com acordo de revenda/recompra de títulos substancialmente idênticos numa data futura a um preço previamente definido. Os títulos adquiridos que estiverem sujeitos a acordos de revenda numa data futura não são reconhecidos em balanço. Os montantes pagos são reconhecidos em aplicações em instituições de crédito. Os valores a receber são colaterizados pelos títulos associados. Os títulos vendidos através de acordos de recompra continuam a ser reconhecidos no balanço e são reavaliados de acordo com a política contabilística da categoria a que pertencem. Os recebimentos da venda de investimentos são considerados como aplicações de outras instituições de crédito. A diferença entre as condições de compra/venda e as de revenda/recompra é periodificada durante o período das operações e é registada em juros e proveitos ou juros e custos equiparados.

o) Eventos subsequentes
Se o Banco receber informação resultante de acontecimentos ocorridos após o período de relato, mas antes da data de autorização para emissão das Demonstrações Financeiras, relativa a condições existentes no final do período de relato, avaliará se essa informação afecta os montantes reconhecidos nas suas demonstrações financeiras.

O Banco ajustará os montantes reconhecidos nas suas demonstrações financeiras para reflectir quaisquer "eventos ajustáveis" após o período de relato e actualizará as respectivas divulgações relacionadas com essas condições, à luz das novas informações, caso os referidos acontecimentos forneçam prova de condições que existiam na data de balanço.

Relativamente aos "eventos não ajustáveis", resultantes de acontecimentos após o período de relato (que indicam condições ocorridas após essa data), o Banco não alterará os montantes reconhecidos nas suas demonstrações financeiras, mas divulgará a natureza do evento, que não dá lugar a ajustamento, e uma estimativa do seu impacto financeiro ou, caso aplicável, uma declaração de que tal estimativa não pode ser feita de forma fiável.

Os eventos subsequentes identificados com referência à data de relato estão divulgados na Nota 32 – Eventos subsequentes.

p) Normas emitidas ou revistas adoptadas em 2025
As políticas contabilísticas adoptadas são consistentes com as utilizadas no exercicio anterior. As alterações às normas IFRS aplicáveis a partir de 1 de Janeiro de 2025 não tiveram efeito nas demonstrações financeiras, a saber:

- **Alterações a IAS 21 - Os Efeitos das alterações nas taxas de câmbio: Falta de permutabilidade**

  - Esta alteração visa clarificar a forma de avaliar a permutabilidade de uma moeda, e como deve ser determinada a taxa de câmbio quando esta não é permutável por um longo período.
  - A alteração específica que uma moeda deverá ser considerada permutável quando uma entidade é capaz de obter a outra moeda dentro de um período que permita uma gestão administrativa normal, e através de um mecanismo de troca ou de mercado em que uma operação de troca crie direitos obrigações passíveis de execução.
  - Se uma moeda não puder ser trocada por outra moeda, uma entidade deverá estimar a taxa de câmbio na data de mensuração da transação. O objetivo será determinar a taxa de câmbio que seria aplicável, na data de mensuração, para uma transação similar entre participantes de mercado. As alterações referem ainda que uma entidade pode utilizar uma taxa de câmbio observável sem proceder a qualquer ajustamento.

As alterações entram em vigor no período com início em ou após 1 de janeiro de 2025. A adoção antecipada é permitida, contudo deverão ser divulgados os requisitos de transição aplicados

- **Alterações a IFRS 9 e IFRS 7 – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros**

Estas alterações resultam essencialmente do projecto de revisão da IFRS 9 Instrumentos Financeiros (*Post Implementation Review* – PIR IFRS 9) e clarificam os seguintes aspetos relativos a instrumentos financeiros:

  - Esclarece que um passivo financeiro é desreconhecido na "data de liquidação", ou seja, quando a obrigação relacionada é liquidada, cancelada, expira ou o passivo de outra forma se qualifica para desreconhecimento. No entanto, é introduzida a possibilidade de uma entidade optar por adotar uma política contabilística que permita desreconhecer um passivo financeiro que seja liquidado através de um sistema de pagamentos eletrónico, antes da data de liquidação, desde que verificado o cumprimento de determinadas condições.
  - Esclarece de que forma uma entidade deve avaliar as características dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros que incluem variáveis relativas a fatores ambientais, sociais e de governança (ESG) e outras características contingentes semelhantes.
  - Requer divulgações adicionais para ativos e passivos financeiros sujeitos a um evento contingente (incluindo variáveis ESG) e instrumentos de capital classificados ao justo valor através de outro rendimento integral.

As alterações entram em vigor no período com início em ou após 1 de janeiro de 2026. A adoção antecipada é permitida.

Esta alteração é de aplicação retrospetiva. Contudo, uma entidade não é obrigada a reexpressar o período comparativo, sendo os potenciais impactos da aplicação desta alteração reconhecidos em resultados transitados no exercício em que a alteração é aplicável.

- **Alterações a IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos negociados com referência a eletricidade gerada a partir de fontes renováveis**

  - As alterações referem-se especificamente a acordos de compra de energia renovável cuja fonte de produção é dependente da natureza, de modo que o fornecimento não pode ser garantido em horários ou volumes específicos.
  - Neste sentido, estas alterações vêm clarificar a aplicação dos requisitos de "uso próprio" em acordos de compra de energia, bem como o facto de ser permitido aplicar contabilidade de cobertura quando esses contratos sejam usados como instrumentos de cobertura.
  - As alterações são efetivas para períodos anuais a partir de 1 de janeiro de 2026, com aplicação antecipada permitida, exceto quanto às orientações relativas à contabilidade de cobertura que deverá ser aplicada prospectivamente a novos relacionamentos de cobertura, assim designados em ou após a data de aplicação inicial.

- **Melhorias anuais às IFRS (Volume 11)**

Ciclicamente são introduzidas melhorias que visam clarificar e simplificar a aplicação do normativo internacional, através de pequenas alterações consideradas não urgentes.

As principais alterações incluídas neste volume referem-se:

  - IFRS 1 (Contabilidade de cobertura na adoção pela primeira vez das normas IFRS): Esta alteração visa a atualização das referências cruzadas nos parágrafos B5 e B6 da IFRS 1 Adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, para os critérios elegibilidade da contabilidade de cobertura na IFRS 9 para os parágrafos 6.4.1(a), (b) e (c).
  - IFRS 7 (Ganho ou perda no desreconhecimento): Esta alteração visa atualizar a linguagem relativa aos dados de mercado não observáveis incluídos no parágrafo B38 da IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações, bem como adicionar referências para os parágrafos 72 e 73 da IFRS 13 Mensuração pelo Justo Valor.
  - IFRS 7 (Orientações de implementação): Diversos parágrafos relativos às orientações de implementação da IFRS 7 foram alterados por razões de consistência e clareza.
  - IFRS 9 (Desreconhecimento de passivos de locação): Esta alteração vem clarificar que quando um passivo financeiro é extinto de acordo coma IFRS 9, o locatário deverá aplicar o parágrafo 3.3.3 da IFRS 9 e reconhecer o ganho ou perda que resulte desse desreconhecimento.
  - IFRS 9 (Preço da transação): Com esta alteração a referência ao "preço da transação" no parágrafo 5.1.3 da IFRS 9 é substituída por "montante determinado pela aplicação da IFRS 15".
  - IFRS 10 (Determinação de agente 'de facto'): Alteração efetuada ao parágrafo B74 da IFRS 10, a qual vem clarificar que a relação descrita nesse parágrafo é apenas um exemplo de várias possíveis entre o investidor e outras partes atuando como agentes de facto. O objetivo desta alteração é remover a inconsistência com o requisito do parágrafo B73 segundo o qual uma entidade deve utilizar o seu julgamento na avaliação de outras partes possam atuar como agentes 'de facto'.
  - IAS 7 (Método do custo): Substituição do termo "método do custo" por "ao custo" no parágrafo 37 da IAS 7 após a eliminação da definição de "método do custo".

As alterações são efetivas para períodos anuais a partir de 1 de janeiro de 2026, com aplicação antecipada permitida.

- **IFRS 18 – Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras**

A IFRS 18 vem substituir a IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras e surge em resposta às solicitações dos investidores que procuram informação relativa à performance financeira. Com a introdução dos novos requisitos da IFRS 18, os investidores terão acesso a informação mais transparente e comparável sobre o desempenho financeiro das empresas, tendo como objetivo assim melhores decisões de investimento.

A IFRS 18 introduz essencialmente três conjuntos de novas exigências para melhorar a divulgação do desempenho financeiro:

  - Comparabilidade da demonstração dos resultados: A IFRS 18 introduz três categorias definidas para rendimentos e despesas - operacional, investimentos e financiamentos - para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as empresas forneçam novos subtotais definidos, incluindo o resultado operacional. A nova estrutura e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para a análise do desempenho das empresas facilitando a sua comparação.
  - Transparência das medidas de desempenho definidas pela Gestão: A IFRS 18 vem exigir que se divulguem informações adicionais sobre os indicadores específicos de performance da empresa relacionados com a demonstração dos resultados, denominados medidas de desempenho definidas pela Gestão.
  - Agregação e desagregação de itens nas demonstrações financeiras: A IFRS 18 estabelece orientações sobre o modo como os itens da demonstração dos resultados devem ser agregados.

A IFRS 18 entra em vigor no exercício iniciados em ou após 1 de janeiro de 2027 sendo a sua aplicação retrospetiva. É permitida a adoção antecipada desde que a opção seja divulgada. O Banco encontra-se a avaliar o impacto decorrente da adopção desta norma.

- **IFRS 19 – Subsidiárias não sujeitas à prestação pública de informação financeira: Divulgações**

  - A IFRS 19 permite às entidades elegíveis a preparação de demonstrações financeiras em IFRS com requisitos de divulgação mais reduzidos do que os exigidos pelas IFRS, mantendo-se, contudo, a obrigação de aplicar todos os requisitos de mensuração e reconhecimento das IFRS.
  - A redução de divulgações definida pela IFRS 19 abrange a generalidade das normas IFRS. São consideradas elegíveis as entidades que: (i) sejam subsidiárias de um grupo que prepara demonstrações financeiras consolidadas em IFRS para prestação pública; e (ii) não estão sujeitas à obrigação de prestação pública de informação financeira, porque não têm títulos de dívida ou de capital cotados, não estão em processo de cotação, nem têm como atividade principal a guarda de ativos a título fiduciário.
  - A IFRS 19 entra em vigor em exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2027 sendo a sua aplicação opcional. Aplicação antecipada é permitida. As entidades que adotarem antecipadamente devem divulgar e alinhar as divulgações no período comparativo com as do período actual. O Banco encontra-se a avaliar o impacto decorrente da adopção desta norma.

2. Margem financeira

A margem financeira apresenta a seguinte decomposição:

(Montantes expressos em Meticais)

	2025	2024
Juros e rendimentos similares		
Empréstimos e adiantamento a clientes	298,276,492	358,349,026
Emprestimos e adiantamentos a bancos	449,078,817	425,964,481
Activos financeiros ao custo amortizado	889,532,110	555,589,063
	1,636,887,418	**1,339,902,570**
Juros e encargos similares		
Recursos de clientes	(280,744,643)	(223,564,798)
Recursos de outras instituições de crédito	(31,581,514)	(26,475,662)
Locações	(14,344,300)	(17,382,785)
	(326,670,457)	**(267,423,245)**
	1,310,216,962	**1,072,479,325**

A variação nos juros de activos financeiros ao custo amortizado influenciado pelo aumento de instrumento financeiros de divida publica e do aumento de juros de empréstimos e adiantamento a bancos justificado pelas aplicações no mercado monetário interbancário como resultado do aumento de depósito de clientes.

3. Resultados com serviços e comissões

A rúbrica referente a resultados com serviços e comissões apresenta a seguinte decomposição:

(Montantes expressos em Meticais)

	2025	2024
Rendimentos de serviços e comissões		
Rendimentos de comissões de garantias e avales prestados	25,598,604	35,328,593
Rendimentos de comissões de serviços bancários prestados	196,718,848	259,455,366
Outros rendimentos de serviços e comissões	4,607,674	3,010,486
	226,925,126	**297,794,445**
Gastos com serviços e comissões		
Gastos com comissões de serviços recebidos	(39,526,935)	(29,753,922)
	(39,526,935)	**(29,753,922)**
	187,398,191	**268,040,523**

Os rendimentos de comissões de serviços bancários prestados foram influenciados pela redução significativa de intermediações no mercado de capitais explicado pela redução das taxas de mercado e pela redução do volume de obrigações emitidas durante o ano.

4. Resultado em operações Cambiais

A rúbrica referente a resultado em operações financeiras diz respeito a resultado proveniente das operações cambiais:

(Montantes expressos em Meticais)

	2025	2024
Rendimentos e ganhos com operações financeiras		
Rendimentos e ganhos com operações cambiais	869,123,565	683,016,249
	869,123,565	**683,016,249**
Gastos e perdas com operações financeiras		
Gastos e perdas com operações financeiras	(383,491,147)	(217,019,972)
	(383,491,147)	**(217,019,972)**
	485,632,417	**465,996,277**

A rubrica de resultado em operações cambiais cresceu significativamente em parte devido ao incremento de volume de transações com clientes.

5. Gastos com pessoal

A rúbrica gastos com pessoal apresenta a seguinte decomposição:

(Montantes expressos em Meticais)

	2025	2024
Salários e subsídios	365,696,547	279,206,376
Encargos sociais obrigatórios	8,931,142	7,234,241
Encargos sociais facultativos	30,082,360	25,245,963
Outros gastos com pessoal	18,704,127	14,766,047
	423,414,176	**326,452,628**

Os salários e subsídios foram influenciados pela revisão salarial e aumento de colaboradores de 131 para 139. Os outros gastos com pessoal refere-se essencialmente a despesas de rendas de residências, alimentação e benefícios terminais.

6. Gastos administrativos

Os gastos administrativos apresentam-se no quadro abaixo:

(Montantes expressos em Meticais)

	2025	2024
Água, energia e combustível	11,175,404	10,536,924
Rendas e alugueres	19,183,032	15,063,453
Consumiveis	4,738,175	6,709,618
Manutenção e reparação	24,601,469	23,958,714
Vigilância e segurança de instalações	9,386,393	7,918,392
Comunicações	58,905,226	52,158,283
Publicidade	14,631,801	14,319,705
Viagens e representação	10,545,414	11,515,622
Formação	1,706,242	1,458,287
Honorários profissionais	72,466,943	63,341,967
Gestão e serviços partilhados	15,710,920	33,598,494
Seguros	9,236,845	7,356,215
Outros	16,812,845	14,933,788
	269,100,708	**262,869,462**

Em 2025, os honorários profissionais foram influenciados principalmente pelo aumento da factura dos serviços tercearizados que inclui atendimento ao cliente, aumento de benefícios sociais e outros. Adicionalmente, registou-se um aumento das despesas associadas aos agentes angariadores de crédito e ao serviço de retenção na fonte, em linha com o crescimento da carteira de crédito ao funcionários públicos.

Comunicações em 2025 foram influenciadas pelo aumento de linhas de dados e aumento de linhas de segurança.

Outros corresponde a outras despesas não recorrentes que o Banco teve durante o ano.

7. Outros resultados de exploração

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

(Montantes expressos em Meticais)

	2025	2024
Outros proveitos de exploração		
Recuperação de créditos	52,549,502	8,313,715
	52,549,502	**8,313,715**
Outros custos de exploração		
Donativos e quotizações	-	-
Outros custos de exploração	(1,667,653)	(2,044,560)
	(1,667,653)	(2,044,560)
	50,881,849	**6,269,155**

Os outros resultados de exploração foram influenciados principalmente pela recuperação de crédito.

8. Impostos

8.1. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento era o seguinte:

(Montantes expressos em Meticais)

	2025	2024
Impostos correntes	237,409,868	147,971,586
	237,409,868	**147,971,586**

Os impostos sobre o rendimento correspondem a retenções na fonte a título definitivo sobre aplicações no mercado monetário interbancário, Bilhetes do Tesouro e Obrigações do Tesouro.

De acordo com o código tributário (IRPC) vigente a partir de 1 de janeiro de 2014, os juros sobre valores mobiliários (títulos do governo e bilhetes do tesouro) estão sujeitos a tributação definitiva, retendo na fonte na forma de imposto final. A receita desses títulos não é tributada novamente na preparação do cálculo do imposto sobre rendimento. Essa tributação é contabilizada como despesa de imposto sobre o rendimento na demonstração do resultado e do rendimento integral do Banco.

A reconciliação do imposto é apresentada como segue:

(Montantes expressos em Meticais)

	2025	2024
Resultado líquido do exercício	**983,276,913**	**969,173,925**
Correcções fiscais		
Despesas não dedutíveis		
Depreciações e amortizações não dedutíveis	2.705.121	6,543,809
Provisões ou perdas por imparidade não dedutíveis	97.174.583	-
Despesas de publicidades não dedutíveis	-	-
Realizações de utilidade social	3.960.197	231,433
Impostos e encargos de responsabilidade de outrem	-	3,464,691
Brindes	-	-
Multas, coimas e juros compensatórios	15.741	
Pagamento especial por conta	100.000	100,000
Ajudas de custo pela utilização de viatura do trabalhador	674.407	419,821
Despesas de representação	941.082	9,059,061
Despesas confidenciais, ilícitas e/ou não documentadas		11,910,888
Despesas com viaturas ligeiros de passageiros	3.777.223	2,220,137
Imposto retido na fonte sobre juros de bilhetes de tesouro	237.309.868	147,971,586
Preço de transferência	15.710.920	33,598,494
Rendimentos não tributáveis		
Perdas cambiais não realizadas		
Juros de bilhetes de tesouro	(911,411,865)	(555,589,063)
Juros de permutas de liquidez	(447,179,039)	(424,408,751)
Matéria colectável	**(12.944.849)**	**204,696,028**
Utilização do prejuízos fiscal	-	**(204,696,028)**
Lucro/(prejuízo fiscal)	**(12.944.849)**	**-**

Em 31 de Dezembro de 2025, o Banco apresenta prejuízos fiscais acumulados de 419,596,169 Meticais (2024: 524,545,742 Meticais) referentes aos anos de 2020, 2021, 2022 e 2025. De acordo com a legislação fiscal, os prejuízos fiscais podem ser utilizados durante 5 anos. Os prejuízos fiscais que expiram em 2025, o Banco perdeu o direito de os reconhecer. Os prejuizos fiscais são decompostos como mostra a tabela abaixo:

(Montantes expressos em Meticais)

Ano de origem	Ano de expiração	Prejuízo fiscal	Utilização	Saldo Final	Imposto diferido
2021	2026	242,459,800	-	242,459,800	77,587,136
2022	2027	164,191,520	-	164,191,520	52,541,286
2025	2030	12,944,849	-	12,944,849	4,142,352
		419,596,169	**-**	**419,596,169**	**134,270,774**

Impostos diferidos activos nos montantes de 134,270,774 Meticais sobre prejuízos fiscais que não foram reconhecidos pois a Administração acredita que não estão cumpridos os critérios de reconhecimento da NIC 12.

9. Caixa e disponibilidade no Banco Central

A rúbrica Caixa e disponibilidade no Banco Central é apresenta a seguinte decomposição:

(Montantes expressos em Meticais)

	2025	2024
Caixa		
Moeda nacional	109,503,542	149,382,973
Moeda estrangeira	10,168,828	35,191,254
	119,672,370	**184,574,228**
Depósitos no Banco de Moçambique		
Moeda nacional	2,557,277,634	4,201,777,202
Moeda estrangeira	198,144,682	172,432,056
	2,755,422,316	**4,374,209,258**
	2,875,094,687	**4,558,783,485**

O saldo de disponibilidades junto do Banco de Moçambique visa satisfazer as exigências legais de reservas mínimas de caixa nos termos do aviso nº 12/GBM/2020 e é calculado com base no montante dos depósitos e outras responsabilidades efectivas. Em 31 de Dezembro de 2025, o coeficiente de reservas obrigatórias para os depósitos em moeda nacional era de 29.0% e 29.5% para os depósitos em moeda estrangeira. O montante das reservas obrigatórias em 31 de Dezembro de 2025 ascendeu a 2,952,760,624 Meticais (2024: 3,338,036,516 Meticais).

O cumprimento das reservas obrigatórias é avaliado com base no saldo médio mantido junto do Banco de Moçambique durante o período de constituição, que não deve ser inferior ao montante da reserva apurada, considerando-se a média do período e não o saldo diário.

10. Disponibilidades em outras instituições de crédito

O montante constante nesta rúbrica representa os saldos que o Banco detém junto de outras instituições de crédito (bancos).

Esta rúbrica apresenta a seguinte decomposição:

(Montantes expressos em Meticais)

	2025	2024
Bancos nacionais		
Moeda nacional	1,266,782	1,344,248
	1,266,782	**1,344,248**
Bancos estrangeiros		
Moeda estrangeira	127,494,865	259,976,774
	127,494,865	**259,976,774**
	128,761,647	**261,321,022**

As disponibilidades em moeda estrangeira foram influenciadas pelo incremento de aplicações de muito curto prazo em moeda estrangeira.

11. Aplicações em instituições de crédito

A rúbrica apresenta a seguinte decomposição:

(Montantes expressos em Meticais)

	2025	2024
Mercado monetário interbancário	2,006,339,479	3,004,013,714
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	1,090,133,854	449,243,219
	3,096,473,333	3,453,256,933
Imparidade para perdas esperadas de crédito	(2,003,490)	-
	(2,003,490)	**-**
	3,094,469,843	**3,453,256,933**

As aplicações em instituições de crédito no estrangeiro representam depósitos de curto prazo e encontra-se detalhadas abaixo 2025 e 2024:

2025 Entidade	Taxa de Juro	Data de maturidade	Saldo USD	Saldo MZN
Banco de Moçambique	9.50%	7-jan-2026	-	2,001,041,625
Moza Banco	1.00%	10-out-2026	-	5,297,854
Aplicações no Mercado monetário interbancário			-	**2,006,339,479**
UBA TANZANIA	7.27%	29-mai-2026	2,014,943	128,774,992
UBA AMERICA	2.85%	5-jan-2026	5,000,792	319,600,595
UBA KENYA	1.00%	28-jan-2026	5,000,417	319,576,629
UBA_CD	6.50%	30-out-2026	5,041,177	322,181,637
Aplicações no estrangeiro			**17,057,328**	**1,090,133,854**

2024 Entidade	Taxa de Juro	Data de maturidade	Saldo USD	Saldo MZN
Banco de Moçambique	12.75%	7-jan-2026	-	3,000,000,298
Moza Banco	3.00%	10-out-2025	-	4,013,416
Aplicações no Mercado monetário interbancário			-	**3,004,013,714**
BNI	7.00%	11-dez-2024	2,494,023	**159,393,019**
BNI	7.50%	21-nov-2024	2,520,548	**161,088,219**
UBA TANZANIA	7.27%	24-nov-2024	2,014,739	**128,761,981**
Aplicações no estrangeiro			**7,029,310**	**449,243,219**

12. Investimentos em títulos

No final de 2025 apresentava a seguinte composição:

(Montantes expressos em Meticais)

	2025	2024
Pelo custo amortizado		
Bilhetes de tesouro	8,132,180,000	4,222,759,000
Obrigações de tesouro	8,293,500	303,428,500
	8,140,473,500	**4,526,187,500**
Pelo Justo valor através de outro rendimento integral		
Participação na SIMO	6,327,551	6,327,551
	6,327,551	**6,327,551**
Pelo Justo valor através de resultados		
Obrigações de tesouro	1,551,096,400	316,282,500
	1,551,096,400	**316,282,500**
Juros a receber	46,803,923	7,809,312
Proveitos diferidos (Bilhetes de tesouro e Obrigações de tesouro)	(237,680,229)	(305,424,654)
	9,507,021,146	**4,551,182,210**
Imparidade de títulos	(129,663,686)	(19,130,057)
	9,377,357,461	**4,532,052,153**

Investimento em titulos

Os investimentos em títulos mensurados justo valor através de outro rendimento integral, correspondem a participação do Banco no capital social da SIMO – Sociedade Interbancária de Moçambique, uma sociedade financeira de compensação de valores. O Banco detém 0.5% do capital social da SIMO.

Os investimentos em títulos mensurados ao custo amortizado correspondem a títulos de dívida emitidos pelo estado moçambicano nomeadamente Bilhtetes do Tesouro e Obrigações do Tesouro. A imparidade que foi registada corresponde a Bilhetes de tesouro e Obrigacoes de tesouro.

Os investimentos em títulos mensurados pelo justo valor através de resultados correspondem a títulos de dívida emitidos pelo estado moçambicano nomeadamente Obrigações do Tesouro adquiridas com o objectivo de negociação, tendo sido integralmente alienadas em Fevereiro de 2026.

O movimento nas imparidades é apresentado como segue:

(Montantes expressos em Meticais)

2025	Investimentos em títulos	Aplicações em instituições de crédito	Total
Saldo inicial	**19,130,057**	-	**19,130,057**
Imparidade do exercício	110,533,629	2,003,490	**112,537,118**
Saldo final	**129,663,686**	**2,003,490**	**131,667,175**

2024	Investimentos em títulos	Aplicações em instituições de crédito	Total
Saldo inicial	**5,433,668**	-	**5,433,668**
Imparidade do exercício	13,696,389	-	**13,696,389**
Saldo final	**19,130,057**	-	**19,130,057**

Incremento das imparidades reflectindo o agravamento do risco, evidenciado pelo downgrade do rating pela Moody's.

13. Empréstimos e adiantamentos a clientes

A rúbrica apresenta a seguinte decomposição:

(Montantes expressos em Meticais)

	2025	2024
Crédito	1,635,339,972	1,140,680,450
Descobertos em depósitos à ordem	1,586,042	826,197,300
	1,636,926,014	**1,966,877,749**
Juros a receber	33,835,867	18,315,471
	1,670,761,881	**1,985,193,221**
Imparidade acumulada	(36,755,594)	(25,573,478)
	1,634,006,286	**1,959,619,742**

Esta nota deve ser lida com a nota 31 para mais detalhes.
Abaixo segue a análise de movimentos de imparidade de empréstimos e adiantamentos a clientes:

(Montantes expressos em Meticais)

2025	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo Inicial	**18,221,961**	**2,519,928**	**4,831,589**	**25,573,478**
Imparidade do exercício (Resultados)		9,879,650	24,398,780	**34,278,431**
Reversão do exercício (Resultados)	(15,533,801)	-	-	**(15,533,801)**
Utilização (Balanço)	-	-	(7,562,513)	**(7,562,513)**
Saldo final	**2,688,159**	**12,399,579**	**21,667,856**	

2024	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo Inicial	**55,793,644**	**557,526**	**5,653,813**	**62,004,984**
Imparidade do exercício (Resultados)		1,962,403	6,772,363	**8,734,765**
Reversão do exercício (Resultados)	(37,571,684)	-	-	**(37,571,684)**
Utilização (Balanço)	-	-	(6,684,005)	**(6,684,005)**
Ajustamentos as imparidades (Balanço)	-	-	(910,582)	**(910,582)**
Saldo final	**18,221,961**	**2,519,928**	**4,831,589**	**25,573,478**

As imparidades líquidas encontram-se reconhecidas na demonstração do rendimento integral.

14. Outros activos

A rúbrica apresentava a seguinte composição:

(Montantes expressos em Meticais)

	2025	2024
Despesas pré-pagas	32,821,617	36,120,165
Outras contas a receber	13,928,318	56,642,158
	46,749,935	**92,762,324**

As outras contas a receber em 2024 referiam-se, na sua maioria, a valores pendentes de compensação no sistema RTGS, os quais foram substancialmente regularizados ao longo de 2025.

15. Activos tangíveis e sob direito de uso

O movimento dos activos tangíveis é o seguinte:

(Montantes expressos em Meticais)

Custo	Edificios	Equipamentos	Obras em edificios arrendados	Investimento em curso	Activos sob direito de uso	Total
1 de Janeiro de 2023	**23,997,122**	**195,204,348**	**44,050,664**	**8,145,367**	**134,954,412**	**406,351,913**
Adições		30,755,764	15,216,108		55,002,682	**100,974,555**
Abates	-	(3,187,759)	-			**(3,187,759)**
Transferências	-	8,115,658		(8,145,367)		**(29,709)**
31 de Dezembro de 2024	**23,997,122**	**230,888,011**	**59,266,773**	**-**	**189,957,095**	**504,109,000**
Adições		29,643,242			52,963,251	**82,606,494**
Abates		(109,339,494)	(15,810,238)	-	(1,917,592)	**(127,067,324)**
31 de Dezembro de 2025	**23,997,122**	**151,191,759**	**43,456,534**	**-**	**241,002,754**	**459,648,169**

Depreciação e imparidade	Edificios	Equipamentos	Obras em edificios arrendados	Investimento em curso	Activos sob direito de uso	Total
1 de Janeiro de 2024	**773,422**	**125,455,440**	**21,817,365**	**-**	**79,671,094**	**227,717,321**
Depreciação do exercício	483,512	28,929,416	11,274,645	-	53,230,207	**93,917,780**
Abate		(807,083)		-	-	**(807,083)**
Ajustamentos		-			(16,741,866)	**(16,741,866)**
31 de Dezembro de 2024	**1,256,935**	**153,577,772**	**33,092,010**	**0**	**116,159,435**	**304,086,152**
Depreciação do exercício	479,942	24,593,950	10,864,134		48,883,117	**84,821,143**
Abates		(109,339,494)	(15,810,238)			**(125,149,732)**
Ajustamentos	36,425	(3,388,458)	(3,479,600)			**(6,831,632)**
31 de Dezembro de 2025	**1,773,302**	**65,443,771**	**24,666,306**		**165,042,552**	**256,925,931**
Valor Liquido						
1 de Janeiro de 2024	**23,223,699**	**69,748,908**	**22,233,299**	**8,145,367**	**55,283,318**	**178,634,592**
31 de Dezembro de 2024	**22,740,187**	**77,310,238**	**26,174,763**	**-**	**73,797,659**	**200,022,848**
31 de Dezembro de 2025	**22,223,819**	**85,747,989**	**18,790,229**	**-**	**75,960,202**	**202,722,239**

As adições em quipamentos bem como o aumento dos Activos sobre Direito de Uso, decorrem da celebração de novos contratos de arrendamento e renovações, aquisição de equipamentos para sede e obras de melhoria nas instalações e agências.

Os ajustamentos, no montante de 15 milhões de Meticais, relativos aos ativos de direito de uso, decorrem da aplicação da IFRS 16 – *Leases*, resultando essencialmente de diferenças cambiais entre a taxa de câmbio utilizada no reconhecimento inicial dos contratos de locação, denominados em USD, e as taxas aplicadas na contabilização subsequente das rendas do edifício JAT ao longo do período.

16. Activos intangíveis

O movimento dos activos intangíveis é o seguinte:

(Montantes expressos em Meticais)

	Software	Total
Custo:		
1 de Janeiro de 2024	45,745,577	**45,745,578**
Adições	914,662	**914,662**
31 de Dezembro de 2024	**46,660,240**	**46,660,241**
Adições	6,316,541	**6,316,541**
Transferências	(630,170)	**(630,170)**
Abates	(34,820,410)	**(34,820,410)**
31 de Dezembro de 2025	**17,526,201**	**17,526,202**

	Software	Total
Amortização e imparidade		
Saldo em 1 de Janeiro 2024	36,059,636	**36,059,636**
Amortização do exercício	5,887,160	**5,887,160**
31 de Dezembro de 2024	**41,946,795**	**41,946,795**
Amortização do exercício	2,507,416	**2,507,416**
Abates	(34,820,410)	**(34,820,410)**
Ajustamentos	(2,088,544)	**(2,088,544)**
31 de Dezembro de 2025	**7,545,258**	**7,545,258**
Valor liquido:		
1 de Janeiro de 2024	**9,685,941**	**9,685,942**
31 de Dezembro de 2024	**4,713,444**	**4,713,444**
31 de Dezembro de 2025	**9,980,943**	**9,980,943**

17. Depósitos de clientes

Os depósitos de clientes apresentam a seguinte decomposição.

(Montantes expressos em Meticais)

	2025	2024
Depósitos à ordem		
Moeda nacional	7,394,958,802	7,332,216,409
Moeda estrangeira	527,215,156	468,583,133
	7,922,173,958	**7,800,799,542**
Depósitos prazo		
Moeda nacional	2,561,650,852	1,605,212,423
Moeda estrangeira	63,910,001	1
	2,625,560,852	**1,605,212,423**
Cauções em numerário		
Moeda nacional	868,579,554	984,832,389
Moeda estrangeira	-	16,871,329
	868,579,554	**1,001,703,719**
Juros a pagar	10,637,024	43,308,981
	11,426,951,388	**10,451,024,665**

O crescimento foi impulsionado principalmente pelos depósitos a prazo e depósitos à ordem em moeda nacional, reflectindo a confiança dos clientes na instituição.

18. Recursos de outras instituições de crédito

Os recursos de outras instituições de crédito são apresentados abaixo:

(Montantes expressos em Meticais)

	2025	2024
Recursos de instituições de crédito	319,550,000	159,775,000
Juros a pagar	110,068	234,337
	319,660,068	**160,009,337**

Decomposição dos recursos de outras instituições de crédito:

(Montantes expressos em Meticais)

2025 Entidade	Taxa de Juro	Data de maturidade	Saldo USD	Saldo MZN
UBA UGANDA	4,00%	28-jan-2026	5,001,722	319,660,068
			5,001,722	**319,660,068**

2024 Entidade	Taxa de Juro	Data de maturidade	Saldo USD	Saldo MZN
UBA ZAMBIA	4,00%	02-jan-2025	2,503,667	160,009,337
			2,503,667	**160,009,337**

19. Provisões

A rúbrica apresenta a seguinte decomposição:

2025	Garantias bancárias prestadas e créditos documentários	Provisões para contingências legais	Outras provisões	Total
Saldo Inicial	**42,915,923**	**76,724,473**	**-**	**119,640,397**
Provisão do exercício	5,074,668	-	**-**	**5,074,668**
Reversão do exercício	(37,951,072)	(64,806,149)	**-**	**(102,757,222)**
Utilização	-	(11,918,324)	**-**	**(11,918,324)**
Saldo Final	**10,039,519**	-	**-**	**10,039,519**

A reversão de provisões para contingências fiscais resulta da revisão das estimativas previamente reconhecidas, tendo o desfecho das exposições sido inferior ao valor inicialmente provisionado, em conformidade com o estabelecido na IAS 37 – *Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets.*

(Montantes expressos em Meticais)

2024	Garantias bancárias prestadas e créditos documentários	Provisões para contingências legais	Outras provisões	Total
Saldo Inicial	**31,262,653**	**66,724,473**	**4,346,876**	**102,334,003**
Provisão do exercício	11,653,270	10,000,000	-	**21,653,270**
Utilização	-	-	(4,346,876)	**(4,346,876)**
Saldo Final	**42,915,923**	**76,724,473**	-	**119,640,397**

20. Passivos de locação

A rúbrica apresenta a seguinte decomposição:

(Montantes expressos em Meticais)

2025	Saldo em 1 de Janeiro	Novos contratos	Contratos existentes	Saldo em 31 de Dezembro
Edifícios				
Passívo de locação	75,536,736	52,963,251	**-**	**128,499,988**
Juros	-	-	14,344,300	**14,344,300**
Pagamentos	-	-	(59,058,490)	**(59,058,490)**
	75,536,736	**52,963,251**	**(44,714,190)**	**83,785,798**

2024	Saldo em 1 de Janeiro	Novos contratos	Contratos existentes	Saldo em 31 de Dezembro
Edifícios				
Passívo de locação	62,138,458	57,095,510	**-**	**119,233,967**
Juros	-	-	17,382,785	**17,382,785**
Pagamentos	-	-	(61,080,016)	**(61,080,016)**
	62,138,458	**57,095,510**	**(43,697,231)**	**75,536,736**

O ajustamento do passivo de locação financeira decorre da diferença entre o valor reconhecido nos termos da IFRS 16 – *Leases* e os pagamentos efectivos realizados aos locadores, resultante da componente financeira dos contratos.

Os novos contratos existentes refere-se a um nova agência do balcão sede. A tabela abaixo indica os pagamentos das locações de acordo com o seu prazo.

(Montantes expressos em Meticais)

Maturidade dos passivos de locação	Menos de 1 mês	Entre 1 e 3 mês	Entre 3 e 6 mês	Entre 6 e 12 mês	Acima de 1 ano
Saldo a 31 de Dezembro 2025	2,203,723	4,407,445	6,611,168	13,222,336	57,341,126
Saldo acumulado	**2,203,723**	**6,611,168**	**13,222,336**	**26,444,672**	**83,785,798**

21. Outros passivos

A rubrica outros passivos apresenta a seguinte decomposição:

(Montantes expressos em Meticais)

	2025	2024
Cheques e ordens a pagar	4,593,107	6,203,985
Impostos a pagar	19,737,117	16,797,503
Saldos em compensação	121,848,008	73,012,713
Acréscimos de gastos	15,487,701	43,516,066
Credor accionista	377,078,599	-
Outros credores	338,452,939	71,478,818
	877,197,471	**211,009,084**

A rubrica outros credores correspondeordens de pagamento recebidas que se encontram pendentes de confirmação por parte dos clientes.

22. Capital social

A 31 de Dezembro de 2025, o capital social do UBA encontra-se totalmente subscrito e realizado.

(Montantes expressos em Meticais)

2025	Número de acções	Valor nominal	Capital Social	% participação no capital
Accionistas				
UBA - United Bank for Africa, PLC	2,377,495	1,000	2,377,495,000	96.94%
African Prudential PLC	22,015	1,000	22,015,000	0.90%
Afriland Properties, PLC	53,037	1,000	53,037,000	2.16%
Adejare Rasheed Olaoluwa	3	1,000	3,000	0.00%
Emmanuel Nwabuiku nnorom	2	1,000	2,000	0.00%
	2,452,552		**2,452,552,000**	**100.00%**

2024	Número de acções	Valor nominal	Capital Social	% participação no capital
Accionistas				
UBA - United Bank for Africa, PLC	2,377,495	1,000	2,377,495,000	96.94%
African Prudential PLC	22,015	1,000	22,015,000	0.90%
Afriland Properties, PLC	53,037	1,000	53,037,000	2.16%
Adejare Rasheed Olaoluwa	3	1,000	3,000	0.00%
Emmanuel Nwabuiku nnorom	2	1,000	2,000	0.00%
	2,452,552		**2,452,552,000**	**100.00%**

23. Prémios de emissão

Os prémios de emissão apresentam-se como segue:

(Montantes expressos em Meticais)

	2025	2024
Prémios de emissão	571,653,523	571,653,523
	571,653,523	**571,653,523**

24. Reserva legal

A reserva legal apresenta-se como segue:

(Montantes expressos em Meticais)

	2025	2024
Reserva legal	644,027,611	353,275,433
	644,027,611	**353,275,433**

Nos termos da legislação moçambicana em vigor (Lei nº 20/20 das instituições de crédito) à data de aprovação das contas, o Banco deve alocar anualmente uma reserva legal de pelo menos 30% dos seus lucros líquidos auditados, até que seja igual ao capital social. A reserva não pode ser distribuída, mas pode ser usada para cobrir prejuízos ou aumentar o capital social.

O movimento da reserva legal é apresentado como segue:

(Montantes expressos em Meticais)

	2025	2024
Saldo Inicial	**353,275,433**	**142,430,681**
Reserva legal	290,752,178	210,844,753
Saldo Final	**644,027,611**	**353,275,433**

25. Itens não monetários incluídos nos resultados antes de impostos

Os itens não monetários incluídos nos resultados líquidos apresentam-se como segue:

(Montantes expressos em Meticais)

	2025	2024
Depreciações	84,821,143	93,917,780
Amortizações	2,507,416	5,887,160
Imparidade líquida	18,744,629	(28,836,918)
Imparidade líquida de títulos	112,537,118	13,696,389.07
Provisões	(97,682,553)	21,653,270
	120,927,753	**106,317,680**

26. Variações em activos e passivos operacionais

(Montantes expressos em Meticais)

	2025	2024
Empréstimos e adiatamentos clientes ajustados de imparidades e juros	366,219,054	(54,546,225)
Outros activos	46,012,389	33,835,903
	412.231.442	**(20,710,323)**
Deposito de clientes	1,008,722,950	5,707,378,649
Recursos de instituições financeiras	159,650,731	(799,248,811)
Outros passivos	469.880.780	148,963,990
	1,638,254,461	**5,057,093,828**

27. Caixa e equivalentes de caixa

(Montantes expressos em Meticais)

	Notas	2025	2024
Caixa	9	119,672,370	184,574,228
Depósitos no Banco de Moçambique	9	2,755,422,316	4,374,209,258
Depósitos em outros Bancos	10	128,761,647	261,321,022
		3,003,856,334	**4,820,104,508**
Investimentos altamente líquidos			
Mercado monetário interbancário	11	2,006,339,479	3,004,013,714
Aplicações em instituições financeiras no estrangeiro	11	1,090,133,854	449,243,219
		3,096,473,333	3,453,256,933
Reservas obrigatórias		(2,952,760,624)	(3,338,036,516)
		3,147,569,042	**4,935,324,925**

28. Instrumentos financeiros

28.1. Classificação dos instrumentos financeiros

(Montantes expressos em Meticais)

2025	Activos financeiros ao custo amortizado	Activos financeiros ao justo valor através do rendimento integral	Activos financeiros ao justo valor através de resultados	Total
Activos				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2,875,094,687	-	-	2,875,094,687
Disponibilidades sobre instituições de crédito	128,761,647	-	-	128,761,647
Aplicações em instituições de crédito	3,094,469,843	-	-	3,094,469,843
Investimentos em títulos	7,819,933,509.28	6,327,551	1,551,096,400	9,377,357,461
Empréstimos e adiantamentos a clientes	1,634,006,286	-	-	1,634,006,286
Outros Activos	13,928,318	-	-	13,928,318
	15,566,194,290	**6,327,551**	**1,551,096,400**	**17,123,618,242**
	Passivos financeiros ao custo amortizado			
Passivo				
Depósitos de clientes	11,426,951,388			11,426,951,388
Recursos de instituições de crédito	319,660,068			319,660,068
Passivos de locação	83,785,798			83,785,798
Outros passivos	500,118,872			500,118,872
	12,330,516,126			**12,330,516,126**

2024	Activos financeiros ao custo amortizado	Activos financeiros ao justo valor através do rendimento integral	Activos financeiros ao justo valor através de resultados	Total
Activos				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	4,558,783,485	-	-	4,558,783,485
Disponibilidades sobre instituições de crédito	261,321,022	-	-	261,321,022
Aplicações em instituições de crédito	3,453,256,933	-	-	3,453,256,933
Investimentos em títulos	4,209,442,102.16	6,327,551	316,282,500	4,532,052,153
Empréstimos e adiantamentos a clientes	1,959,619,742	-	-	1,959,619,742
Outros Activos	56,642,158	-	-	56,642,158
	14,499,065,443	**6,327,551**	**316,282,500**	**14,821,675,494**
	Passivos financeiros ao custo amortizado			
Passivo				
Depósitos de clientes	10,451,024,665			10,451,024,665
Recursos de instituições de crédito	160,009,337			160,009,337
Passivos de locação	75,536,736			75,536,736
Outros passivos	211,009,084			211,009,084
	10,897,579,822			**10,897,579,822**

28.2. Justo valor

O Banco utiliza a seguinte hierarquia para efeitos de classificação dos inputs utilizados na determinação e divulgação do justo valor dos instrumentos financeiros por técnica de valorização:

- Nível 1: Valores cotados (não ajustáveis) em mercados activos, para os activos e passivos identificáveis;
- Nível 2: Outras técnicas de valorização para as quais os inputs que apresentem um impacto significativo na determinação do justo valor é efectuado com informação observável, quer directa, quer indirectamente;
- Nível 3: Técnicas que utilizam *inputs* que apresentam um efeito baixo no justo valor registado com base em variáveis não observáveis no mercado.

O justo valor dos títulos cotados é baseado em cotações de preços na data de relato. O Justo valor de instrumentos não cotados, os empréstimos de Bancos e outros passivos financeiros, bem como outros passivos financeiros é estimado de acordo com os fluxos de caixa futuros, utilizando taxas actualmente disponíveis para a dívida em condições semelhantes, o risco de crédito e vencimentos remanescentes. A tabela seguinte demonstra a análise do justo valor dos instrumentos financeiros de acordo com a hierarquia de justo valor.

(Montantes expressos em Meticais)

	2025			2024		
Activos financeiros	**Nível I**	**Nível II**	**Nível III**	**Nível I**	**Nível II**	**Nível III**
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	2,875,094,687	-	-	4,558,783,485	-
Disponibilidades sobre instituições de crédito	-	128,761,647	-	-	261,321,022	-
Aplicações em instituições de crédito	-	3,094,469,843	-	-	3,453,256,933	-
Investimentos em títulos	1,551,096,400	7,826,261,061	-	-	4,532,052,153	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	1,634,006,286	-	-	1,959,619,742	-
Outros Activos	-	46,749,935	-	-	56,642,158	-
	1,551,096,400	**15,605,343,459**	**-**	**-**	**14,821,675,494**	**-**
Passivos financeiros						
Depósitos de clientes	-	11,426,951,388	-	-	10,451,024,665	-
Recursos de instituições de crédito	-	319,660,068	-	-	160,009,337	-
	-	**11,746,611,456**	**-**	**-**	**10,611,034,002**	**-**

A tabela seguinte demonstra, por classe, a comparação dos justos valores com as quantias escrituradas dos instrumentos financeiros do Banco que não estão mensurados ao justo valor nas demonstrações financeiras:

(Montantes expressos em Meticais)

	2025		2024	
	Quantia escriturada	**Justo valor**	**Quantia escriturada**	**Justo valor**
Activos financeiros				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2,875,094,687	2,875,094,687	4,558,783,485	4,558,783,485
Disponibilidades sobre instituições de crédito	128,761,647	128,761,647	261,321,022	261,321,022
Aplicações em instituições de crédito	3,094,469,843	3,094,469,843	3,453,256,933	3,453,256,933
Investimentos em títulos	9,377,357,461	9,377,357,461	4,532,052,153	4,532,052,153
Empréstimos e adiantamentos a clientes	1,634,006,286	1,634,006,286	1,959,619,742	1,959,619,742
Outros Activos	13,928,318	13,928,318	56,642,158	56,642,158
	17,123,618,242	**17,123,618,242**	**14,821,675,494**	**14,821,675,494**
Passivo financeiros				
Depósitos de clientes	11,426,951,388	11,426,951,388	10,451,024,665	10,451,024,665
Recursos de instituições de crédito	´319,660,068	´319,660,068	160,009,337	160,009,337
Passivos de locação	83,785,798	83,785,798	75,536,736	75,536,736
Outros passivos	500,118,872	500,118,872	211,009,084	211,009,084
	12,330,516,126	**12,330,516,126**	**10,897,579,822**	**10,897,579,822**

O Conselho de Administração considera que o Caixa e disponibilidades no Banco Central e disponibilidades em Instituições de crédito se aproximam do justo valor, devido ao curto prazo das maturidades destes instrumentos. O Justo valor dos activos e passivos financeiros encontram-se incluídos no montante à data da sua transacção entre partes interessadas, sem que exista uma exigência de liquidação.

29. Partes relaccionadas

Partes relacionadas

(Montantes expressos em Meticais)

	Notas	2025	2024
Saldos Devedores			
Disponibilidades em instituições de crédito	10	4,150,981	8,737,035
Aplicações em instituições de crédito	11	1,090,133,854	128,761,981
		1,094,284,834	**137,499,015**
Saldos credores			
Recursos de instituições de crédito	18	319,660,068	160,009,337
Acréscimos de gastos	21	- 31,000,000	1,300,000
Bilhetes de tesouro dos Órgãos Sociais	12		
		319,660,068	**161,309,337**
Transacções:			
Remuneração dos administradores		26,922,974	33,475,337
Custos de gestão e serviços partilhados		15,710,920	33,598,494
Juros Recebidos		33,343,010	63,442,703
Juros pagos		28,791,193	25,348,925
		104,768,097	**155,865,459**

Os saldos acima mencionados surgiram do curso normal da actividade do UBA Moçambique. As taxas de juros cobradas para /e por partes relacionadas são as praticadas pelos bancos comerciais no mercado. Os Saldos em aberto no final do ano não são garantidos e não há garantias prestadas ou recebidas por quaisquer créditos com partes relacionadas ou pagamentos. Para o ano findo em 31 de Dezembro de 2025, o Banco não tem quaisquer dívidas de cobrança duvidosa relativas a valores a receber de partes relacionadas.

- Os saldos devedores correspondem a colocações efectuadas pelo Banco junto de bancos correspondentes, conforme apresentado na Nota 10. Os depósitos em moeda estrangeira referem-se, maioritariamente, a colocações no UBA PLC que não rendem juros. Adicionalmente, conforme a Nota 11, incluem ainda colocações no UBA Tanzania, UBA America, UBA Kenya e UBA República Democrática do Congo.
- Saldos de crédito: Representam empréstimos de curto prazo reportados na nota 18 correspondem a tomadas no UBA Uganda.

As Remunerações de órgãos de gestão referem-se à remuneração dos directores e pessoal chave do Conselho de Administração, que são pagos pelo UBA Plc (empresa-mãe) e, posteriormente, cobrados a UBA Moçambique.

30. Contingências e compromissos

(Montantes expressos em Meticais)

	2025	2024
Garantias bancárias	242,965,236	1,857,499,605
Créditos documentários	3,297,202,852	2,434,092,698
	3,540,168,087	**4,291,592,302**

A nota de contingências e compromissos deve ser lida com a nota 19 Provisões.

31. Gestão do Risco, objectivos e políticas

O Conselho de Administração é responsável por uma eventual perda sofrida pelo Banco. Assumir riscos, de forma apropriada, é parte integrante do negócio e o sucesso depende do grau de optimização do balanceamento entre o risco e o benefício. Com o objectivo de apoiar o Conselho de Administração, foi criado o Comité de Risco a fim de gerir o risco para o Banco.

Uma análise qualitativa da gestão do risco é apresentada como segue:

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco que o Banco pode sofrer devido a perdas financeiras, se os clientes do Banco ou contra-partes de mercado falharem a honrar os compromissos com o Banco. As contra-partes podem incluir o Governo, outros Bancos e instituições não-financeiras. O risco de crédito pode surgir também devido à descida da notação de crédito do Banco, fazendo com que o justo valor dos seus activos diminua. O risco de crédito que o Banco está exposto é mais ao nível de crédito comercial e retalho. O Banco tem as suas políticas, procedimentos e processos, segundo as quais controla e monitoriza o risco de todas essas actividades. Enquanto a exposição ao crédito surge pela via de empréstimos e adiantamentos, o Banco pode ser exposto a outros riscos de crédito. Os mesmos dizem respeito a compromissos, passivos contingentes, títulos de dívida e outros riscos que ocorram no decurso de actividades comerciais. Estes riscos são geridos de forma semelhante que os de empréstimos e adiantamentos a clientes e estão sujeitos aos mesmos processos de aprovação e controlo. A exposição ao risco baseada no perfil de crédito do Banco é monitorizada e gerida diariamente através da detecção de limites e excessos. O Banco controla a concentração de risco de crédito que venham a surgir, por tipo de cliente em relação aos empréstimos e adiantamentos a clientes através de uma carteira equilibrada.

Exposição máxima ao risco de crédito

Para activos financeiros reconhecidos no balanço, a exposição ao risco de crédito é igual à quantia escriturada. Para as garantias financeiras, a exposição máxima ao risco de crédito é o valor máximo que o Banco teria de pagar se a garantia fosse executada. Para os compromissos de empréstimo de crédito e outros compromissos relacionados e que sejam irrevogáveis durante o ciclo de vida das respectivas facilidades, a exposição máxima ao risco de crédito é o valor da facilidade não utilizada. Em termos das garantias financeiras e letras de crédito, o Banco encontra-se igualmente exposto ao risco de liquidez na extensão em que tais garantias forem utilizadas. A tabela abaixo demonstra a exposição máxima à data de 31 de Dezembro de 2025 e 2024 relativamente ao risco de crédito no balanço, e instrumentos financeiros extrapatrimoniais, sem ter em consideração o valor das garantias detidas. O Banco apenas detém colaterais para Crédito de clientes e respeitam fundamentalmente a hipotecas sobre propriedades e penhoras de equipamentos (colaterais e outras garantias de crédito página 76).

(Montantes expressos em Meticais)

	Notas	2025	2024
Caixa e disponibilidade no Banco Central	9	2,875,095,938	4,558,783,485
Disponibilidades em outras instituições de crédito	10	128,761,647	261,321,022
Empréstimos e adiantamentos a Bancos	11	3,094,469,843	3,453,256,933
Investimentos em títulos	12	9,377,357,461	4,532,052,153
Empréstimos e adiantamentos a clientes	13	1,634,006,286	1,959,619,742
Outros activos	14	13,928,318	56,642,158
Total dos activos		**17,123,619,493**	**14,821,675,494**
Exposição ao risco de crédito relacionada com a demonstração da posição financeira			
Garantias bancárias		242,965,236	1,857,499,605
Cartas de crédito		3,297,202,852	2,434,092,698
		3,540,168,087	4,291,592,302
Exposição total ao risco de crédito		**20,663,787,580**	**19,113,267,797**

Qualidade de crédito

O Banco monitora o risco de crédito por classe de instrumento financeiro. A tabela abaixo descreve as classes identificadas, bem como o item da demonstração financeira e a nota que fornece uma análise dos itens incluídos na linha da posição financeira para cada classe de instrumento financeiro.

Uma análise das concentrações de risco de crédito do Banco por classe de activo financeiro é demonstrada nas tabelas a seguir. A menos que especificamente indicado, para activos financeiros, os valores na tabela representam valores contabilísticos brutos. Para os compromissos de empréstimo e contratos de garantia financeira, os valores na tabela representam os valores comprometidos ou garantidos, respectivamente.

(Montantes expressos em Meticais)

2025	Disponibilidade em instituições de crédito	Empréstimos e adiantamentos ao custo amortizado	Investimentos em títulos ao custo amortizado	Investimentos em títulos ao justo valor através de resultados	Investimentos em títulos ao justo valor através do rendimento integral	Compromissos de crédito	Garantias bancárias
Concentração por sector							
Retalho	-	517,998,652	-	-	-	-	-
Corporativos	-	816,006,781	-	-	-	-	242,965,236
Estado	-	-	8,293,500	1,551,096,400	6,327,551	3,297,202,852	-
Banco de Moçambique	4,761,761,795	-	7,811,640,009	-	-	-	
Bancos	1,338,567,871	300,000,853	-	-	-	-	-
	6,100,329,667	**1,634,006,286**	**7,819,933,509**	**1,551,096,400**	**6,327,551**	**3,297,202,852**	**242,965,236**

2024	Disponibilidade em instituições de crédito	Empréstimos e adiantamentos ao custo amortizado	Investimentos em títulos ao custo amortizado	Investimentos em títulos ao justo valor através de resultados	Investimentos em títulos ao justo valor através do rendimento integral	Compromissos de crédito	Garantias bancárias
Concentração por sector							
Retalho	-	423,167,446	-	-	-	-	-
Corporativos	-	1,434,267,164	-	-	-	2,434,092,698	1,857,499,605
Estado	-	-	303,428,500	316,282,500	6,327,551	-	-
Banco de Moçambique	7,378,222,971	102,185,132	3,906,013,602	-	-	-	
Bancos	895,138,469		-	-	-	-	-
	8,273,361,441	**1,959,619,742**	**4,209,442,102**	**316,282,500**	**6,327,551**	**2,434,092,698**	**1,857,499,605**

Uma análise da exposição ao risco de crédito do Banco por classe de activo financeiros, classificação interna e "estágio", sem levar em conta os efeitos de qualquer garantia ou outras melhorias de crédito, é fornecida nas tabelas a seguir: A menos que especificamente indicado, para os activos financeiros, os valores na tabela representam valores brutos, para os compromissos de empréstimos e contratos de garantia financeira, os valores na tabela representam os valores comprometidos ou garantidos, respectivamente.

(Montantes expressos em Meticais)

Caixa, BM e saldos com bancos ao custo amortizado	Estágio 1 (ECL 12 meses)	Estágio 2 (ECL *Life time*)	Estágio 3 (ECL *Life time*)	2025	2024
Grau de risco: 1 a 3 risco baixo a moderado	6,098,327,428	-	-	6,098,327,428	8,273,361,441
Grauderisco: 4 a 6monitoria	-	-	-	-	-
Grauderisco: 7 a 8 abaixo do padrão	-	-	-	-	-
Grauderisco: 9 duvidosa	-	-	-	-	-
Grau de risco: 10 imparidade	-	-	-	-	-
Valor bruto	**6,098,327,428**	**-**	**-**	**6,098,327,428**	**8,273,361,441**
Menos imparidade	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Valor contabilístico	**6,098,327,428**	**-**	**-**	**6,098,327,428**	**8,273,361,441**

Investimentos em títulos ao custo amortizado	Estágio 1 (ECL 12 meses)	Estágio 2 (ECL *Life time*)	Estágio 3 (ECL *Life time*)	2025	2024
Grau de risco: 1 a 3 risco baixo a moderado	1,360,220,095	8,132,180,000	8,293,500	9,500,693,595	4,228,572,159
Grauderisco: 4 a 6 monitoria	-	-	-	-	-
Grauderisco: 7 a 8 abaixo do padrão	-	-	-	-	-
Grauderisco: 9 duvidosa	-	-	-	-	-
Grau de risco: 10 imparidade	-	-	-	-	-
Valor bruto	**1,360,220,095**	**8,132,180,000**	**8,293,500**	**9,500,693,595**	**4,228,572,159**
Menos imparidade	129,663,686	**-**	**-**	129,663,686	19,130,057
Valor contabilístico	**1,230,556,409**	**8,132,180,000.28**	**8,293,500.00**	**9,500,693,595**	**4,209,442,102**

Investimentos em títulos ao justo valor através do rendimento integral	Estágio 1 (ECL 12 meses)	Estágio 2 (ECL *Life time*)	Estágio3 (ECL *Life time*)	2025	2024
Grau de risco: 1 a 3 risco baixo a moderado	6,327,551	-	-	6,327,551	6,327,551
Grauderisco: 4 a 6 monitoria	-	-	-	-	-
Grauderisco: 7 a 8 abaixo do padrão	-	-	-	-	-
Grauderisco: 9 duvidosa	-	-	-	-	-
Grau de risco: 10 imparidade	-	-	-	-	-
Valor bruto	**6,327,551**	**-**	**-**	**6,327,551**	**6,327,551**
Menos imparidade	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Valor contabilístico	**6,327,551**	**-**	**-**	**6,327,551**	**6,327,551**

(Montantes expressos em Meticais)

Empréstimos e adiantamentos a clientes ao custo amortizado	Estágio 1 (ECL 12 meses)	Estágio 2 (ECL *Life time*)	Estágio 3 (ECL *Life time*)	2025	2024
Grau de risco: 1 a 3 risco baixo a moderado	1,623,264,487	-	-	1,623,264,487	1,958,075,414
Grauderisco: 4 a 6 monitoria	-	23,168,837	-	23,168,837	5,878,020
Grauderisco: 7 a 8 abaixo do padrão	-	-	-	-	-
Grauderisco: 9 duvidosa	-	-	-	-	-
Grau de risco: 10 imparidade	-	-	24,328,557	24,328,557	21,239,787
Valor bruto	**1,623,264,487**	**23,168,837**	**24,328,557**	**1,670,761,881**	**1,985,193,221**
Menos imparidade	6,249,636	9,100,520	21,405,439	36,755,594	25,573,478
Valor contabilístico	**1,617,014,851**	**14,068,317**	**2,923,118**	**1,634,006,286**	**1,959,619,742**

(Montantes expressos em Meticais)

Compromissos de empréstimos	Estágio 1 (ECL 12 meses)	Estágio 2 (ECL *Life time*)	Estágio3 (ECL *Life time*)	2025	2024
Grau de risco: 1 a 3 risco baixo a moderado	3,540,168,087	-	-	3,540,168,087	4,291,592,302
Grauderisco: 4 a 6monitoria	-	-	-	-	-
Grauderisco: 7 a 8 abaixo do padrão	-	-	-	-	-
Grauderisco: 9 duvidosa	-	-	-	-	-
Grau de risco: 10 imparidade	-	-	-	-	-
Valor bruto	**3,540,168,087**	**-**	**-**	**3,540,168,087**	**4,291,592,302**
Menos imparidade	4,964,851	**-**	**-**	4,964,851	42,915,923
Valor contabilístico	**3,535,203,236**	**-**	**-**	**3,535,203,236**	**4,248,676,379**

Colaterais e outras garantias de crédito

A quantidade e o tipo de garantia exigida dependem de uma avaliação do risco de crédito da contraparte. Os principais tipos de garantias obtidas são, como se segue:

- Para os títulos de crédito e nas transacções de recompra e reversão, dinheiro ou títulos. No corrente ano não houve reversões de transação de recompra;
- Para empréstimos comerciais, encargos sobre imóveis, inventário e contas a receber;
- Para crédito de retalho, hipotecas sobre imóveis de habitação.

(Montantes expressos em Meticais)

	Exposição máxima ao risco de crédito	Disponibilidades	Cartas de crédito/ garantias	Propriedades	Outros	Valor das garantias	Exposição Liquída
Caixa e disponibilidade no Banco Central	2,875,095,938	-	-	-	-	-	2,875,095,938
Disponibilidades em outras instituições de crédito	128,761,647	-	-	-	-	-	128,761,647
Empréstimos e adiantamentos a Bancos	3,094,469,843	-	-	-	-	-	3,094,469,843
Investimentos em títulos	9,377,357,461	-	-	-	-	-	9,377,357,461
Empréstimos e adiantamentos a clientes							
Retalho	517,998,652	-	-	85,778,064	-	85,778,064	432,220,588
Corporativos	816,006,781	-	-	292,675,000	-	292,675,000	523,331,781
Bancos	300,000,853	-	-	-	-	-	300,000,853
Outros activos	13,928,318	-	-	-	-	-	13,928,318
	17,123,619,493	**-**	**-**	**378,453,064**	**-**	**378,453,064**	**16,445,165,575**

Análise de sensibilidade às perdas por imparidade reconhecidas nos instrumentos financeiros (Obrigações do Tesouro e bilhetes do Tesouro)

Os Bilhetes de Tesouro (BTs) encontram-se classificados em *Stage* 2, com uma PD de 13,19% e LGD de 45%, com uma imparidade acumulada de MZN 129,663,686. Num cenário mais adverso, com a deterioração para Stage 3, assumindo uma PD de 100%, as perdas de crédito esperadas (ECL) ascendem a MZN 3,659,481,000. Para as Obrigações de Tesouro (OTs), em caso de passagem para *Stage* 2, assumindo uma PD de 13,19%, a ECL reduz para o montante de MZN 492,291.

Activos financeiros renegociados

Quando um cliente entra em incumprimento, e temporariamente não consegue suportar a prestação mensal, o cliente pode procurar pedir a dilatação do período de forma a conseguir uma oportunidade com vista a rectificação da situação. Na data de vencimento do período de reprogramação, a situação do cliente é reavaliada e os termos dos empréstimos poderão ser renegociados.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é o risco do Banco ser incapaz de cumprir com as suas obrigações de pagamento, quando se vencem em circunstâncias normais e de pressão. A fim de mitigar este risco, a gestão tem procurado diversas fontes de financiamento, além de depositar um valor mínimo e monitorizar fluxos de caixa futuros numa base diária. Este processo inclui uma avaliação dos fluxos de caixa futuros esperados e da disponibilidade de alto grau de garantia que poderá ser utilizado para garantir um financiamento adicional, caso seja necessário. O Banco mantém uma carteira de activos com alguma liquidez, assim como diversificada, que poderá ser facilmente liquidada numa interrupção não prevista de fluxos de caixa. O Banco detém reservas obrigatórias correspondentes a 29.0% e 29.5% do saldo médio dos depósitos de residentes, depósitos de não residentes e depósitos do Estado em moeda nacional e moeda estrangeira respectivamente. A posição de liquidez é avaliada e gerida tendo em consideração uma variedade de cenários, dando a devida atenção a factores de tensão relacionados tanto para o mercado em geral assim como para com o Banco em particular. O mais importante é manter os limites dos rácios de liquidez entre os depósitos de clientes e passivos para com clientes. O rácio de liquidez consiste na ponderação dos valores em caixa, depósitos de curto prazo e investimentos altamente líquidos, com os depósitos de clientes e empréstimos obtidos com vencimento no mês seguinte.

Maturidades contratuais não descontadas dos activos e passivos

A tabela abaixo resume o perfil de maturidade dos activos e passivos financeiros do Banco com base em fluxos de caixa contratuais não descontados:

(Montantes expressos em Meticais)

2025	À vista	Menos de 3 meses	Entre 3 e 12 meses	Entre 1 e 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Activo						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2,875,095,938	-	-	-	-	2,875,095,938
Disponibilidades sobre instituições de crédito	128,761,647	-	-	-	-	128,761,647
Aplicações em instituições de crédito	-	2,166,114,479	928,355,364	-	-	3,094,469,843
Investimentos em títulos	-	5,215,059,181	4,162,298,280	-	-	9,377,357,461
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	603,342,013	463,402,569	427,059,256	140,202,449	1,634,006,286
Outros Activos	13,928,318		-	-	-	13,928,318
Total do activo	**3,017,785,903**	**7,984,515,673**	**5,554,056,212**	**427,059,256**	**140,202,449**	**17,123,619,493**
Passivos financeiros						
Depósitos de clientes	6,544,285,739	3,135,530,502	1,747,135,147	-	-	11,426,951,388
Recursos de instituições de crédito	-	319,660,068	-	-	-	319,660,068
Passivos de locação	-	6,611,168	19,833,504	57,341,126	-	83,785,798
Outros passivos	500,118,872		-	-	-	500,118,872
Total do passivo	7,044,404,611	3,461,801,738	1,766,968,652	57,341,126	-	12,330,516,126
Excesso (Escassez) de liquidez	**((4,026,618,708)**	**4,522,713,935**	**3,787,087,560**	**369,718,130**	**140,202,449**	**4,793,103,367**

2024	À vista	Menos de 3 meses	Entre 3 e 12 meses	Entre 1 e 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Activo						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	4,558,783,485	-	-	-	-	4,558,783,485
Disponibilidades sobre instituições de crédito	261,321,022	-	-	-	-	261,321,022
Aplicações em instituições de crédito	-	3,163,788,714	289,468,219	-	-	3,453,256,933
Investimentos em títulos	-	1,371,612,155	3,160,439,998	-	-	4,532,052,153
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	68,330,363	979,706,416	795,582,121	116,000,843	1,959,619,742
Outros Activos	56,642,158		-	-	-	56,642,158
Total do activo	**4,876,746,666**	**4,603,731,231**	**4,429,614,634**	**795,582,121**	**116,000,843**	**14,821,675,494**
Passivos financeiros						
Depósitos de clientes	6,197,231,264	3,316,017,212	937,776,189	-	-	10,451,024,665
Recursos de instituições de crédito	-	160,009,337	-	-	-	160,009,337
Passivos de locação	-	12,269,603	25,819,399	37,447,734	-	75,536,736
Outros passivos	16,797,503		-	-	-	16,797,503
Total do passivo	**6,214,028,767**	3,488,296,152	**963,595,588**	**37,447,734**	**-**	**10,703,368,240**
Excesso (Escassez) de liquidez	**(1,337,282,101)**	**1,115,435,079**	**3,466,019,046**	**758,134,387**	**116,000,843**	**4,118,307,254**

KPMG
Estamos no Top 5
das melhores empresas
de Moçambique.
www.ubamozambique.com | África
Londres, Paris, Nova Iorque, Emirados Árabes Unidos

Revista 100 maiores
empresas de Moçambique
KPMG 2025
UBA
United Bank for Africa
Escaneie para
Ler a Revista
Africa's Global Bank

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o justo valor ou fluxos de caixa futuros de instrumentos financeiros irão variar devido a alterações das variáveis do mercado, tais como taxas de juros, taxas de câmbio, e as cotações.

Risco de taxa de juro

Risco de taxa de juro decorre da possibilidade de alterações nas taxas de juro poderem afectar os futuros fluxos de caixa ou o justo valor dos instrumentos financeiros. O Banco monitoriza a sua exposição aos efeitos resultantes da flutuação das taxas de juro do mercado sobre o risco da sua posição financeira e dos fluxos de caixa. As margens financeiras podem aumentar como resultado de tais flutuações mas também podem reduzir ou criar perdas em caso de ocorrer movimentos não previstos. O Conselho de Administração estabelece limites sobre o grau de desajuste da taxa de juro, sendo a mesma controlada em uma base diária. Os instrumentos financeiros com risco de taxa de juro compreendem saldos de disponibilidades e depósitos em outras instituições de crédito, empréstimos e adiantamentos a clientes, depósitos e contas correntes de clientes e recursos de outras instituições de crédito. Os activos e passivos incluídos na tabela estão mensurados pela quantia escriturada e categorizada pelo menor prazo entre a data contratada e a sua maturidade. O Banco não está sujeito ao risco de taxa de juros em relação aos itens extrapatrimoniais.

A tabela abaixo resume a exposição bruta do Banco à taxa de juro a 31 de Dezembro de 2025:

(Montantes expressos em Meticais)

2025	Menos de 3 meses	Entre 3 e 12 meses	Acima de 1 ano	Não remunerados	Total
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	-	2,875,095,938	2,875,095,938
Disponibilidades sobre instituições de crédito	-	-	-	128,761,647	128,761,647
Aplicações em instituições de crédito	2,166,114,479	928,355,364		-	3,094,469,843
Investimentos em títulos	5,215,059,181	4,162,298,280	-	-	9,377,357,461
Empréstimos e adiantamentos a clientes	603,342,013	463,402,569	567,261,705	-	1,634,006,286
Outros Activos	-	-	-	13,928,318	13,928,318
Total do activo	**7,984,515,672**	**5,554,056,212**	**567,261,705**	**3,017,785,903**	**17,123,619,493**
Passivos financeiros					
Depósitos de clientes	3,135,530,502	1,747,135,147	-	6,544,285,739	11,426,951,388
Recursos de instituições de crédito	319,660,068	-	-	-	319,660,068
Passivos de locação	6,611,168	19,833,504	57,341,126	-	83,785,798
Outros passivos	-	-	-	877,197,471	877,197,471
Total do passivo	3,461,801,738	1,766,968,652	57,341,126	7,421,483,210	12,707,594,725
Gap	**4,522,713,934**	**3,787,087,560.3**	**509,920,579.4**	**(4,403,697,307)**	4,416,024,768.0

2024	Menos de 3 meses	Entre 3 e 12 meses	Acima de 1 ano	Não remunerados	Total
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	-	4,558,783,485	4,558,783,485
Disponibilidades sobre instituições de crédito	-	-	-	261,321,022	261,321,022
Aplicações em instituições de crédito	3,163,788,714	289,468,219		-	3,453,256,933
Investimentos em títulos	1,371,612,155	3,160,439,998	-	-	4,532,052,153
Empréstimos e adiantamentos a clientes	68,330,363	979,706,416	911,582,964	-	1,959,619,742
Outros Activos	-	-	-	56,642,158	56,642,158
Total do activo	**4,603,731,230**	**4,429,614,634**	**911,582,964**	**4,876,746,666**	**14,821,675,494**
Passivos financeiros					
Depósitos de clientes	3,316,017,212	937,776,189	-	6,197,231,264	10,451,024,665
Recursos de instituições de crédito	160,009,337	-	-	-	160,009,337
Passivos de locação	12,269,603	25,819,399	37,447,734	-	75,536,736
Outros passivos	-	-	-	16,797,503	16,797,503
Total do passivo	**3,488,296,152**	**963,595,588**	**37,447,734**	**6,214,028,767**	**10,703,368,240**
Gap	**1,115,435,078**	**3,466,019,045.8**	**874,135,229.6**	**(1,337,282,101)**	**4,118,307,253.9**

A sensibilidade em lucros ou prejuízos da alteração das taxas de juro, essencialmente a PLR, baseado nos activos e passivos financeiros cuja taxa de juro é variável é a seguinte:

(Montantes expressos em Meticais)

Ano	Variação em pontos percentuais	Impacto nos resultados antes de imposto
2025	+2p.p	176,394,441
	-2p.p	(176,394,441)
2024	+2p.p	109,111,787
	-2p.p	(109,111,787)

Risco cambial

O Banco toma em consideração a exposição a possíveis flutuações cambiais, nas suas posições financeiras e fluxos de caixa. A Administração fixa um nível limite de exposição por moeda, que é controlada diariamente pela tesouraria, com a supervisão de um gestor sénior.

A tabela abaixo resume a exposição do Banco ao risco cambial de moedas estrangeiras em 31 de Dezembro de 2025. Incluídos na tabela encontram-se também os instrumentos financeiros classificados por moeda:

2025	MZN	USD	EUR	ZAR	NGN	GBP	Total
Activo							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2,666,781,177	203,690,142	1,610,189	3,013,180	-		2,875,094,687
Disponibilidades sobre instituições de crédito	1.266.782	105,610,775	420,475,080	687,109	268,329	453,572	128,761,647
Aplicações em instituições de crédito	2,004,335,989	1,090,133,854		-	-		3,094,469,843
Investimentos em títulos	9,377,357,461	-	-	-	-	-	9,377,357,461
Empréstimos e adiantamentos a clientes	1,633,281,680	724,598	-	8	-	-	1,634,006,286
Outros Activos	13,928,318	-	-	-	-	-	13,928,318
Total do activo	**15,696,951,407**	**1,400,159,369**	**22,085,269**	**3,700,296**	**268,329**	**453,572**	**17,123,618,242**
Passivos financeiros							
Depósitos de clientes	11,088,283,196	338,668,193	-	-	-	-	11,426,951,388
Recursos de instituições de crédito	-	319,660,068	-	-	-	-	319,660,068
Passivos de locação	83,785,798	-	-		-		83,785,798
Outros passivos	496,309,580	-	-	3,540,963	268,329	453,572	500,118,872
Total do passivo	11,668,378,573	658,328,261	-	3,540,963	**268,329**	**453,572**	12,330,516,126
Exposição líquida	**4,028,572,834**	**741,831,108**	**22,085,269**	**159,333**	**(0)**	**-**	**4,793,102,116**

2024	MZN	USD	EUR	ZAR	NGN	GBP	Total
Activo							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	4,351,160,175	203,129,816	1,700,896	2,792,599	-		4,558,783,485
Disponibilidades sobre instituições de crédito	1,344,248	224,841,571	4,490,365	29,024,378	271,570	1,348,891	261,321,022
Aplicações em instituições de crédito	3,004,013,714	449,243,219		-	-		3,453,256,933
Investimentos em títulos	4,532,052,153	-	-	-	-	-	4,532,052,153
Empréstimos e adiantamentos a clientes	1,959,455,525	158,044	-	6,173	-	-	1,959,619,742
Outros Activos	56,642,158	-	-	-	-	-	56,642,158
Total do activo	**13,904,667,973**	**877,372,651**	**6,191,261**	**31,823,150**	**271,570**	**1,348,891**	**14,821,675,494**
Passivos financeiros							
Depósitos de clientes	10,112,356,472	338,668,193	-	-	-	-	10,451,024,665
Recursos de instituições de crédito	-	160,009,337	-	-	-	-	160,009,337
Passivos de locação	75,536,736	-	-		-		75,536,736
Outros passivos	7,049,892	-	-	9,475,966	271,644	1,348,891	16,797,503
Total do passivo	**10,194,943,100**	**498,677,530**	**-**	**9,475,966**	**271,644**	**1,348,891**	**10,703,368,239**
Exposição líquida	**3,709,724,873**	**378,695,121**	**6,191,261**	**22,347,184**	**(74)**	**-**	**4,118,307,255**

A análise de sensibilidade será baseada no pressuposto de um movimento de 2%, em cada direcção. A informação abaixo reflecte o efeito de tal movimento em lucros ou prejuízos.

USD	Variação em pontos percentuais	Impacto nos resultados antes de imposto
2025	+2p.p	14,836,622
	-2p.p	(14,836,622)
2024	+2p.p	7,573,902
	-2p.p	(7,573,902)

EUR	Variação em pontos percentuais	Impacto nos resultados antes de imposto
2025	+2p.p	441,705
	-2p.p	(441,705)
2024	+2p.p	123,825
	-2p.p	(123,825)

ZAR	Variação em pontos percentuais	Impacto nos resultados antes de imposto
2025	+2p.p	3,187
	-2p.p	(3,187)
2024	+2p.p	446,944
	-2p.p	(446,944)

Risco Operacional

O risco operacional é o risco de perdas decorrentes de falhas de sistemas, erro humano, fraude ou acontecimentos externos. Quando ocorre uma falha nos controlos, os riscos operacionais podem causar danos na reputação do Banco, ter implicações legais ou regulamentares ou dar origem a perdas financeiras. O Banco não pode esperar eliminar todos os riscos operacionais, mas através de um quadro de controlo e de vigilância e respondendo aos riscos potenciais, o Banco é capaz de gerir os riscos. Controlos incluem uma efectiva segregação de funções, acesso, autorização e procedimentos de reconciliação, formação do pessoal e processos de avaliação.

Gestão de Capital

O Banco mantém uma gestão activa do capital para cobrir os riscos inerentes ao negócio. A adequação do capital do Banco é monitorada usando, entre outras medidas os rácios estabelecidas pelo Banco de Moçambique. Os principais objectivos da gestão de capital são os que visam que o Banco:

- Cumpra com os requisitos de capitais impostos pelo Banco de Moçambique;
- Mantenha uma forte e saudável notação de rácios de capital, a fim de apoiar o seu negócio; e
- Apresente uma política de continuidade, a fim de proporcionar o máximo retorno, e maximizar o valor aos accionistas.

O Banco cumpre com os requisitos emanados pelo Banco de Moçambique, estando sujeito a um acompanhamento contínuo diário das posições cambiais e numa base mensal, no que diz respeito à adequação dos rácios de Capitais Próprios tal como a Solvabilidade e Concentração de Crédito. O Banco de Moçambique exige a cada Banco para manter o nível mínimo de rácio de solvabilidade de 12%. A tabela abaixo resume o cálculo do rácio de solvabilidade do Banco para o exercício findo em 31 de Dezembro, à luz das exigências do Banco de Moçambique.

O principal objectivo da gestão de capital do Banco é assegurar a conformidade com os objectivos estratégicos em termos de adequação de capital, respeitando e fazendo cumprir as exigências mínimas de capital estabelecidos pelo Banco de Moçambique, o que reflecte um rácio mínimo de solvabilidade em relação aos riscos assumidos no decurso da sua actividade.

A tabela abaixo resume o cálculo do rácio de solvabilidade do Banco para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, à luz das exigências do Banco de Moçambique.

(Montantes expressos em Meticais)

	2025	2024
Fundos próprios de base (*Tier* I)		
Capital social	2,452,552,000	2,452,552,000
Prémio de emissão	571,653,523	571,653,523
Reservas legais	644,027,611	-
Resultados transitados	-	51,932,284
Activos intangíveis	(9,980,943)	(4,713,444)
Insuficiência de provisões	(11,649,411)	(84,898,527)
Total dos fundos próprios de base (*Tier* I)	**3,646,602,780**	**2,986,525,836**
Fundos próprios complementares (*core Tier* II)		
Parte que excede os limites de concentração de riscos	(275,057,118)	(70,132,707)
Outros	525,963	534,010
Total dos fundos próprios complementares (*core Tier* II)	**(274,531,155)**	**(69,598,697)**
Fundos próprios elegíveis (*Tier I and Tier* II)	**3,372,071,625**	**2,916,927,139**
Activos ponderados pelo risco (RWA)		
Activos do balanço	3,227,221,272	3,098,210,808
Activos fora do balanço	980,480,361	1,173,868,524
Riscos operacional e de mercado	337,651,935	333,300,341
		-
Total dos activos ponderados pelo risco	**4,545,353,569**	**4,605,379,674**
Rácios prudenciais		
Core Tier I	80.23%	64.85%
Core Tier II	-6.04%	-1.51%
Rácio de solvabilidade	74.19%	63.34%
Rácio de solvabilidade mínimo exigido	12.00%	12.00%

32. Eventos subsequentes

No início de 2026, Moçambique foi afectado por condições climatéricas adversas, caracterizadas por precipitação acima da média sazonal, que resultaram em cheias em diversas regiões do país. Estes eventos provocaram constrangimentos operacionais e impactos pontuais na actividade económica, não se tendo identificado, contudo, efeitos materiais adversos nas operações ou na posição financeira do Banco à data de relato.
Em 28 de Fevereiro de 2026, teve início um conflito armado no Médio Oriente, ainda em curso à data de autorização destas demonstrações financeiras, o que originou um aumento da volatilidade nos mercados financeiros internacionais, incluindo uma subida significativa dos preços das matérias-primas energéticas. Estes desenvolvimentos contribuíram para um acréscimo do nível de incerteza nos mercados internacionais e emergentes.

O Conselho de Administração avaliou os potenciais impactos destes eventos, incluindo ao nível da imparidade de activos financeiros mensurados ao abrigo da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, não tendo sido identificada evidência de deterioração material da qualidade de crédito à data de 31 de Dezembro de 2025. Os pressupostos macroeconómicos e a informação prospectiva incorporados no cálculo das perdas de crédito esperadas continuarão a ser objecto de monitorização contínua.

Nos termos da IAS 10 – Eventos após o Período de Relato, os referidos acontecimentos qualificam-se como eventos não ajustáveis, por terem ocorrido após a data de relato. Com base na avaliação efectuada, a Administração concluiu que estes eventos não colocam em causa o pressuposto da continuidade do negócio.

Com exepção das situações referidas acima, até a data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão, não se verificaram eventos favoráveis ou desfavoráveis para o Banco que afectem as presentes demostrações financeiras ou que requeram divulgações nas mesmas.

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(milhares de meticais)

Código de contas	ACTIVO	ANO			ANO ANTERIOR	Código de contas	PASSIVO	ANO	ANO ANTERIOR
		Valor antes de Provisões, Imparidade e Amortizações	Provisões, Impariadade e Amortizações	Activo Liquido					
10+3300	Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	2,875,095		2,875,095	4,558,782	38-3311 (1)-3410+5200+5211 (1)+5318 (1)	Recursos de Bancos Centrais	-	
11+3301	Disponibilidades em outras instituições de crédito	132,426		132,426	2,63,194	43 (1)	Passivos Financeiros detidos para Negociação		
153 (1)+158 (1)+16	Activos Financeiros Detidos para negociação			-	-	43 (1)	Outros passivos Financeiros ao Justo valor através de Resultados		
153 (1)+158 (1)+17	Outros Activos Financeiros ao Justo valor através de Resultados			-	-	39-3311 (1)-3411+5201+5211 (1)+5318 (1)	Recursos de outras Instituições de Créditos	319,660	160,009
154+158 (1)+18+34888 (1)-53888 (1)	Activos financeiros disponiveis para Venda	6,328		6,328	6,328	40+41-3311 (1)-3412-3413+5202+5203+5211 (1)+5310+5311	Recursos de Clientes e Outros Emprestimos	11,189,667	10,188,398
13+150+158 (1)+159 (1)+3303+3310 (1)+3408 (1)-350-3550-5210 (1)-5300	Aplicacções em Instituicoes de Crédito	2,961,142		2,961,142	3,440,128	42-3311 (1)-3414+5204+5211 (1)+5312	Responsabilidades representadas por Titulos	-	-
							Derivados de Cobertura	-	-
14+151+152+158 (1)+3304+3310 (1)+34000+34008-3510-3518-35210-35211-5210 (1)-53010-53018	Créditos a clientes	1,606,481	36,756	1,569,725	1,950,185	44		-	-
							Passivos não correntes detidos para Venda e operações descontinuadas		
156+158 (1)+159 (1)+22+3307+3310 (1)+3402-355-3524-5210 (1)-5303 (1)	Investimentos detidos até a maturidade	9,453,890		9,453,890	4,537,045	45			
				-	-				
21	Derivados de Cobertura	-		-	-	47	Provisões	10,040	119,640
25-3580	Activos não correntes detidos para Venda	-				490	Passivos por Impostos correntes	-	-
26-3581 (1)-360 (1)	Propriedade de Investimentos			-	-	491	Passivos por impostos deferidos	-	-
27-3581 (1)-360 (1)	Outros Activos tangiveis	294,606	9,1,883	202,722	200,023	480+488+/-489 (1)-3311 (1)-3416 (1)+5206 (1)+5211 (1)+5314 (1)	Outros passivos Subordinados	-	-
29-3583-361	Activos Intangiveis	17,526	7,545	4713	4,713	51-3311 (1)-3417-3418+50 (1) (2)+5207+5208+5211 (1)+528+538-5388+5318 (1)+54 (1)(3)	Outros Passivos	1,148,631	594,586
24-357	Investimentos em filiais associadas e Empreendimentos conjuntos	-	-	-	-				
300	Activos por Impostos correntes	-		-	-	55	Capital	2,452,552	2,452,552
301	Activos por Impostos diferidos	-		-	-	602	Premios de Emissão	571,654	571,654
12+157+158 (1)+159 (1)+31+32+3302+3308+3310 (1)+338+3408 (1)+348 (1)-3584-3525+50 (1)(2)-(1)-5304-5308 (1)+54 (1)(3)	Outros Activos	108,199		108,199	147,548	57	Outros Instrumentos de Capital	-	-
						-56	Acções Proprias		
						58+59	Reservas de Reavaliação	-	-
						60-602+61	Outras reservas e resultados transitados	644,028	51,932
						64	Resultado do Exercicio	983,277	969,174
						-63	(Dividendos antecipados)		
	TOTAL DO ACTIVO	17,455,692	136,184	17,319,508	15,107,946	TOTAL DO PASSIVO		17,319,508	15,107,946

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(milhares de meticais)

Código de contas		ANO	ANO ANTERIOR
79+80	Juros e Rendimentos Similares	1,658,948	1,339,903
66+67	Juros e Encargos Similares	317,149	267,423
	Margem Financeira	1,341,798	1,072,479
82	Rendimentos de Instrumentos de Capital	0	0
81	Rendimentos com servicoes e Comissões	226,925	297,794
68	Encargos com Servicos e Comissões	39,527	29,754
-692-693-695 (1)-696 (1)-698-69900-69910+832+833+835 (1)+836 (1)+838+83900+83910	Resultados de Activos e Passivos Avaliados ao Justo valor através de Resultados	0	0
-694+834	Resultados de Activos Financeiros Disponiveis para Venda	0	0
-690+830	Resultados de Reavaliação Cambial	485,632	465,996
-691-697-699 (1)-725 (1)-726 (1)+831+837+839 (1)+843 (1)+844 (1)	Resultados de Alienação de Outros Activos	0	0
-695 (1)-696 (1)-69901-69911-75-720-721-725 (1)-726 (1)-728+835 (1)+836 (1)+83901+83911+840+843 (1)+844 (1)+848	Outros Resultados de Exploração	48,979	5,617
	Produto Bancario	2,063,808	1,812,133
70	Custo com Pessoal	462,216	331,433
71	Gastos Gerais Administrativos	261,880	257,863
77	Amortização do Exercicio	87,329	99,805
784+785+786+788-884-885-886-888	Provisões Liquidas de Reposicões e Anulações	0	13,462
760+7610+7618+7620+76210+76211+7623+7624+7625+7630+7631+765+766-870-8720-8710-8718-87210-87211-8723-8724-8726-8730-8731-875-876	Imparidade de Outros Activos Financeiros Liquidos de Reversões e Recuperações	31,696	(7,601)
768+769 (1)-877-878	Imparidade de Outros Activos Liquida de Reversões e Recuperações	0	0
	Resultado Antes de Impostos	1,220,687	1,117,172
65	Impostos Correntes	237,410	147,972
74-88	Impostos Diferidos	0	0
640	Resultados após Impostos	983,277	969,200
-72600-7280+8480+84400	Do qual: Resultado Liquido após Impostos de Operações Descontinuadas	0	0
	TOTAL	983,277	969,200

(1) Parte aplicavél do Saldo destas Rubricas.

UBA

United Bank for Africa